

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

AUTORES

Nayara Pasqualotto

Marielen Priscila Kaufmann

José Geraldo Wizniewsky



EDUCAÇÃO DO CAMPO

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

AUTORES

Nayara Pasqualotto

Marielen Priscila Kaufmann

José Geraldo Wizniewsky

1ª Edição

UAB/NTE/UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Santa Maria | RS

2019

©Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE.
Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da
Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Weintraub

PRESIDENTE DA CAPES

Anderson Ribeiro Correia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

REITOR

Paulo Afonso Burmann

VICE-REITOR

Luciano Schuch

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Frank Leonardo Casado

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Martha Bohrer Adaime

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO ACADÊMICO E DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Jerônimo Siqueira Tybusch

COORDENADORA DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Prof^a. Carmen Rejane Flores Wizniewsky

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

COORDENADOR UAB

Reisoli Bender Filho

COORDENADOR ADJUNTO UAB

Paulo Roberto Colusso

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO

Nayara Pasqualotto, Marielen Priscila Kaufmann,
José Geraldo Wizniewsky

REVISÃO LINGUÍSTICA

Camila Marchesan Cargnelutti
Maurício Sena

APOIO PEDAGÓGICO

Carmen Eloísa Berlote Brenner
Caroline da Silva dos Santos
Keila de Oliveira Urrutia

EQUIPE DE DESIGN

Carlo Pozzobon de Moraes – Ilustrações
Juliana Facco Segalla – Diagramação
Matheus Tanuri Pascotini – Capa e Ilustrações
Raquel Bottino Pivetta – Diagramação

PROJETO GRÁFICO

Ana Letícia Oliveira do Amaral



P284a Pasqualotto, Nayara
Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável [recurso eletrônico] / Nayara Pasqualotto, Marielen Priscila Kaufmann, José Geraldo Wizniewsky. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2019.
1 e-book

Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB
Acima do título: Educação do campo
ISBN 978-85-8341-253-3

1. Agricultura 2. Agricultura familiar 3. Desenvolvimento sustentável I. Kaufmann, Marielen Priscila II. Wizniewsky, José Geraldo III. Universidade Aberta do Brasil IV. Universidade Federal de Santa Maria. Núcleo de Tecnologia Educacional V. Título.

CDU 338.43
631.95

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PROGRAD



APRESENTAÇÃO

Este material foi elaborado como subsídio para a disciplina de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável do Curso de Licenciatura em Educação do campo da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo principal é conhecer as abordagens teóricas em relação à Agricultura Familiar e seus vínculos com as noções de sustentabilidade e desenvolvimento. O tema é amplo e complexo e, por esta razão, o material está organizado em quatro unidades que colaboram com a educação do campo na medida em que esclarecem conceitos, políticas públicas e experiências relevantes relacionadas com a Educação do campo, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Na primeira unidade apresentamos as correntes teóricas relacionadas com a Agricultura Familiar no Brasil. De início, são descritos a trajetória histórica da agricultura e as contribuições teóricas acerca da agricultura familiar e do campeonato. A partir disso, são analisadas as contribuições legais acerca do tema, com a apresentação dos principais instrumentos normativos sobre a Agricultura Familiar.

Na sequência, na segunda unidade, são apresentadas as principais políticas públicas relacionadas a esta categoria social. Trazemos um recorte do contexto das políticas públicas para a agricultura familiar, destacando em especial as políticas de crédito (PRONAF) e os programas de apoio à comercialização e agroindustrialização (PAA e PNAE), fundamentais para compreender a dinâmica do rural em que se inserem à educação do campo.

Na terceira unidade estudaremos sobre a sustentabilidade, bem como suas abordagens e relação com o meio rural. Para isso, veremos a origem do termo “sustentabilidade’ e como esse passou a fazer parte dos discursos de desenvolvimento, sobretudo a partir da década de 1970. Ainda nessa unidade, conheceremos como essa pode ser efetivada no meio rural através de técnicas que permitem aliar a economia, ambiente e sociedade nos agroecossistemas.

Por fim, na quarta unidade apresentaremos algumas experiências de agricultores e agricultoras familiares do Brasil e do mundo que possibilitaram aumentar os níveis de sustentabilidade no meio rural. Essas foram essenciais para garantir a permanência dessas no campo, além de reduzir a degradação dos recursos naturais nos agroecossistemas onde ocorreram. Além disso, esperamos provocar a reflexão sobre as experiências que ocorrem próximos ao lugar onde você reside, para que perceba que a sustentabilidade no campo é possível, independente das características físicas, sociais e econômicas do local.

ENTENDA OS ÍCONES



ATENÇÃO: faz uma chamada ao leitor sobre um assunto, abordado no texto, que merece destaque pela relevância.



INTERATIVIDADE: aponta recursos disponíveis na internet (sites, vídeos, jogos, artigos, objetos de aprendizagem) que auxiliam na compreensão do conteúdo da disciplina.



SAIBA MAIS: traz sugestões de conhecimentos relacionados ao tema abordado, facilitando a aprendizagem do aluno.



TERMO DO GLOSSÁRIO: indica definição mais detalhada de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.

SUMÁRIO

▷ APRESENTAÇÃO ·5

▷ UNIDADE 1 – A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E TEÓRICA DA NOÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL ·9

Introdução ·11

1.1 Trajetória histórica da agricultura ·12

1.2 Construção teórica sobre o conceito de campesinato e Agricultura Familiar ·25

▷ ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO ·41

▷ UNIDADE 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR ·43

Introdução ·45

2.1 As políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil ·46

▷ ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO ·65

▷ UNIDADE 3 – AS INTERFACES ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ·67

Introdução ·69

3.1 Sustentabilidade ·70

▷ ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO ·83

▷ UNIDADE 4 – AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDOS EMPÍRICOS ·85

Introdução ·87

4.1 A união que possibilita alçar voos mais altos: a experiência da Cooperativa Grande Sertão – MG ·88

4.2 Resgatando Sabores: a experiência do Centro de Tecnologias Alternativas Populares, Passo Fundo – RS ·90

4.3 Dentre as cadeias montanhosas surgem alternativas agroecológicas: como as mulheres nepalesas impulsionaram a economia local ·92

4.4 Alternativas para a agricultura familiar no Pará através do manejo do açaí ·95

4.5 Novas experiências em Agroecologia no Senegal, África ·97

4.6 Superando a dependência alimentar através da Agroecologia: o caso da Guatemala ·99

- 4.7 Cuidando da água no meio rural: a experiência do Sudoeste do Paraná através da gestão social ·101
- 4.8 Resistindo na adversidade: o caso da agricultura familiar no Oeste da cidade do Rio de Janeiro ·103
- 4.9 Educando o rural para o amor ao campo: a experiência da Escola de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen, Toropi – RS ·105

▷ **ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO ·107**

▷ **CONSIDERAÇÕES FINAIS ·108**

▷ **REFERÊNCIAS ·109**

▷ **APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES ·115**

1

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA
E TEÓRICA DA NOÇÃO DE
AGRICULTURA FAMILIAR
NO BRASIL

INTRODUÇÃO

Nesta unidade vamos estudar a trajetória histórica do desenvolvimento da agricultura no mundo, enfocando para a discussão teórica sobre o conceito de Agricultura Familiar. Para iniciar, faremos um recorrido histórico, nos principais momentos da história mundial com o enfoque para o manejo dos recursos naturais e como se deu os primórdios da agricultura. Se considerarmos que a agricultura foi desenvolvida a cerca de 10.000 ou 12.000 anos atrás, as mudanças ocorridas a partir da Revolução Industrial, vão impactar diretamente os recursos naturais e a forma de vida das populações rurais e urbanas.

Com o passar dos anos, nos séculos XIV ao XIX, ocorre o que Mazoyer e Roudart (2010) chamam de “a primeira revolução agrícola dos tempos modernos” que, de maneira geral, gerou os sistemas de cultivos baseados na cerealicultura com forrageiras e sem alqueive. A grande diferença deste período, e que a caracterizou como sendo a primeira revolução agrícola contemporânea, foi a extinção do Pousio e a introdução de novas variedades que podiam ser utilizadas para alimentação humana e animal. Neste período observa-se a emergência do capital atando no desenvolvimento da agricultura. Logo em seguida, com o avanço da Revolução Industrial, emerge o que os autores chamam de “Segunda Revolução agrícola contemporânea” que tem como princípio o aumento da industrialização na agricultura. É neste período que aumentam a quantidade e especialização das maquinarias, da engenharia genética para homogeneizar os cultivos e a quimificação, características que vão comprometer a sustentabilidade da agricultura, discutida na próxima unidade.

Esta breve descrição sobre a história das agriculturas no mundo é fundamental para compreender como ocorreu a ocupação de terras no Brasil e a formação da classe social de agricultores. É fundamental compreender como se deu o avanço da modernização na agricultura, bem como do capitalismo para compreendermos a formação do Campesinato e da Agricultura Familiar enquanto categorias teóricas, que está descrito na segunda subunidade do capítulo. Esta introdução sobre a Agricultura Familiar e a discussão teórico-analítica, bem como o espaço que ela adquire no contexto do mundo contemporâneo.

1.1

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA AGRICULTURA

A origem do universo é até hoje um tema controverso. Estima-se que a vida na Terra começou a se desenvolver, em mais ou menos 3,5 milhões de anos. Desde então, a evolução produziu centenas de milhares de espécies vivas, das quais muitas desapareceram no curso do tempo. Quanto ao homem, trata-se de uma espécie muito mais recente e que não nasceu agricultor ou criador. Ele assim se fez após centenas de milhões de anos de evolução biológica técnica e cultural. Foi no neolítico — há menos de 10.000 anos — que ele começou a cultivar as plantas e criar animais, que ele mesmo domesticou, introduziu e multiplicou, em todos os tipos de ambiente, transformando os ecossistemas naturais originais. Este foi um marco para a evolução do homem e do planeta, pois modificou drasticamente os recursos naturais, aumentando a produção e a produtividade, favorecendo o aumento populacional e a formação de grupos organizados socialmente (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Numerosos são os animais que constroem ninhos, abrigos e mesmo um ambiente artificial, tais como as abelhas, os castores, as formigas, entre outros. Segundo Mazoyer e Roudart (2010) essa artificialização do meio, é o produto de um trabalho que não é próprio da espécie humana. Quando falamos artificialização dos ecossistemas, significa a capacidade de alterar as condições naturais dos espaços para atender a um determinado fim. Se compararmos o surgimento do *Homo sapiens sapiens*, que é o nome científico da nossa espécie – o humano atual ou moderno, o humano pensador e inteligente – com o surgimento do planeta, é uma espécie muito recente, tendo surgido na terra há apenas 50.000 ou 200.000 anos segundo diferentes autores. Em seguida, ela se disseminou rapidamente por todos os continentes e há 10.000 anos, aproximadamente, pratica o cultivo e a criação, modificando profundamente a maior parte dos ecossistemas do planeta, ou seja, pratica a agricultura.

Considerando que a nossa espécie, biologicamente desprovida de ferramentas anatômicas especializadas, que nos permitisse, desde a origem, uma intervenção vigorosa no meio exterior, ainda temos como instrumentos, as mãos, que mesmo sendo polivalente, nem se comparam a dos outros animais, garras, ganchos, pinças, etc. Desse modo, só podia sobreviver pela colheita dos produtos vegetais e pela captura de animais mais acessíveis, em meios pouco hostis ou dispendo de locais protegidos. “Sabendo pouco, pobre em instintos, mas imensamente educável, seu principal trunfo residia então na variedade dos regimes alimentares e dos modos de vida que podiam lhe convir. O homem é eclético, onívoro e adaptável. Essas são suas primeiras vantagens.” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 58).

E foi assim que os humanos viveram boa parte da sua vida evolutiva. Os humanos começaram a desenvolver uma série de instrumentos, a partir de pedras, ossos e fibras, para facilitar a coleta, pesca e caça. A utilização de pedras duras, cada vez mais finamente talhadas, por percussão, e por pressão e, em alguns casos, mesmo após aquecimento prévio, é cada vez mais variada e especializada. Fabricam-se,

então, diferentes tipos de buris, furadores, raspadores, facas, trinchetes, machados, lamparinas a óleo etc. Para conseguir o suprimento de alimentos para sobreviver, nesta época, as pessoas eram nômades.

1.1.1 O neolítico e a aparição do cultivo e da criação – Primeira revolução Agrícola

Há aproximadamente 12.000 anos antes de nossa Era começa a se desenvolver um novo processo de fabricação de instrumentos, o polimento da pedra. Essa novidade inaugura o último período da Pré-história, o neolítico. É nesta época que, graças aos novos descobrimentos, se iniciam a domesticação de espécies vegetais e animais, assim como o início do sedentarismo. O sedentarismo, oposto do nomadismo, significa que as pessoas começaram a permanecer no mesmo local, para poder cultivar. Quando o homem começou a praticar o cultivo e a criação, ele não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, mas domesticou um grande número delas. Dessa forma, estes povos conhecidos como caçador-coletores prestaram atenção em determinados grãos que, ao serem coletados com o intuito de alimentação, poderiam ser novamente enterrados, ou seja, semeados com a finalidade de produção de plantas novas e idênticas as que lhe deram origem, num processo que é chamado de domesticação e que ora antes nunca fora realizado por nenhuma espécie do planeta.

Estes povos, ademais, não dispunham de instrumentos anatômicos adaptados ao trabalho agrícola, mas os fabricou de todas as maneiras e cada vez mais poderosos. Esse processo levou anos e ocorreu graças à capacidade criativa da espécie humana, que ia ajustando suas invenções aos mais variados sistemas de cultivo e criação e assim, transformando os ecossistemas de acordo com suas necessidades e de acordo com suas ferramentas (Figura 01). A domesticação de espécies ocorreu de forma diversificada, ou seja, neste processo foram sendo manejadas muitas espécies animais e vegetais ao mesmo tempo, e que variavam de região para região, formando um conjunto de espécies domesticadas em todo o mundo.

Figura 1 – Ferramentas utilizadas no Neolítico para a prática da agricultura



Fonte: Neolítico. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/periodos/p2.php>

Esta simples prática permitiu que houvesse um aumento na oferta de alimentos para estas pessoas. Então teve início o plantio com a finalidade de prover as necessidades alimentícias das pessoas. As plantas passaram a serem cultivadas bem próximas umas das outras, desta forma facilitando a sua colheita assim que os frutos estivessem maduros, permitindo uma produtividade maior de cultivo de plantas do que em seu habitat original.

Além disso, uma série de elementos vão causar um grande impacto social e biológico na espécie humana, a partir da prática de agricultura, pela primeira vez na história surge uma economia baseada na produção de alimentos. Com isso, os cereais passam a ser componentes da dieta alimentar. Com esta nova realidade, foram sendo evitadas as perigosas e frequentes buscas por alimentos e, com o passar do tempo, o que eram apenas grãos selvagens começaram a passar por uma espécie de seleção onde eram escolhidos os grãos de acordo com os interesses dos primeiros agricultores, entre esses interesses destacamos o tamanho, a produtividade, o sabor, etc. Desta forma, teve início o cultivo de plantas domesticadas, sendo que entre elas estavam incluídas a cevada, o trigo, o milho, o feijão, entre outras. O consumo destes cereais permitiu um crescimento da população e o estabelecimento de pessoas em determinadas áreas, diminuindo o nomadismo entre as populações.

Ademais, a domesticação proporcionou a formação de complexos agrícolas em um número limitado de áreas (conhecidas hoje como Oriente Médio, América Central, China). Esses espaços são considerados centros de domesticação, que foram estudados por Vavilov (Quadro 1).

Quadro 1 – Centros de domesticação de Vavilov:

Centros de domesticação de Vavilov

As plantas cultivadas originaram-se a partir de ancestrais selvagens em locais hoje conhecidos como "centros de origem" ou "centros de diversidade", que são áreas geográficas específicas e mais ou menos restritas. O conceito dos centros de origem foi proposto pela primeira vez pelo cientista russo Nikolai Vavilov (1887-1943).

Uma de suas missões era coletar germoplasma vegetal relacionados para uso em melhoramento de plantas nacionais projetos. Durante suas explorações, Vavilov observou que a diversidade das culturas e a sua concentração era em torno de regiões específicas. Ele propôs que essas concentrações de alta variabilidade indicavam as regiões onde a domesticação dessas culturas começou. Este conceito foi contra a opinião dominante da época (década de 1920) de que o cultivo de plantas começou aleatoriamente em todo o mundo. O grande destaque de Vavilov é que ele conseguiu se utilizar da teoria da evolução de Darwin, e os conhecimentos científicos acumulados referentes à genética até o final do século XIX, e o enorme saber que ele acumulou durante as mais de 100 expedições científicas que ele realizou, pelo Irã, Estados Unidos, URSS, América Central e do Sul, Bacia Mediterrânea, Afeganistão, Etiópia, entre outros.

Vavilov ao referir-se aos centros de origem das plantas cultivadas descreveu

que esses ocorriam principalmente nas regiões montanhosas entre o Trópico de Capricórnio (23 ° 28 'sul) do equador e cerca de 45 ° N do equador no Velho Mundo. Na faixa de domesticação do Novo Mundo ocorreu entre os dois trópicos (Câncer e Capricórnio), aproximadamente. Um conhecimento mais aprofundado das plantas cultivadas e suas diferenciações em grupos geográficos ajudam-nos a atribuir a sua origem remota cerca de 5.000 a 10.000 atrás. Em 1926, Vavilov publicava suas teorias em seus "Estudos sobre a Origem das Plantas Cultivadas". Sendo assim, a partir desses estudos, Vavilov propôs a formação de oito centros de origem das plantas cultivadas, que passaram a ser conhecidos como os Centros de Vavilov da diversidade ou, simplesmente, Vavilov Centers (Figura 02). e utilizou a denominação de centros secundários para descrever alguns casos em que o centro de diversidade da cultura não correspondesse ao seu centro de origem.

Figura 02 – Centro de origem de espécies cultivadas – Vavilov Centers



Legenda: 1) China; 2) Índia; 2^a) Indo- malaio; 3) Ásia Central; 4) Oriente Próximo; 5) Mediterrâneo; 6) Etiópia; 7) Sul do México e América Central; 8) América do Sul; 8a) Ilha Chilote- sul do Chile; 8b) Sul do Brasil- Paraguai

Fonte: BESPALHOK et. al., 2007.

Entretanto, uma das mais sérias críticas à teoria de Vavilov foi feita por Harlan (1971), que sugere apenas três centros verdadeiros, os quais estão relativamente conectados um ao outro por áreas difusas que não são centros. O autor reconhece que algumas culturas são endêmicas de uma pequena área, mas nem todas. Sugere ainda que certas espécies cultivadas apresentam seus ancestrais dispersos.

Fonte: Adaptado de BESPALHOK et al., 2007

Analisando o conjunto de inovações ocasionadas neste período, pode-se observar que as formas de agricultura praticadas num dado momento variam de uma localidade a outra. Além disso, quando se estende longamente a observação num dado lugar, constata-se que as formas de agriculturas praticadas variam de uma época para outra. Dito de outra forma, a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações. No entanto, apesar dessa diversidade, observa-se, também, que as formas locais de agricultura, praticadas numa região, numa época determinada, se parecem suficientemente para serem aproximadas e classificadas numa mesma categoria, haja vista a interação dessas espécies com os hábitos sociais da espécie humana que a manejou (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A partir dessa ideia, entendemos como os agroecossistemas podem se transformar e desenvolver novos sistemas de produção. Mazoyer e Roudart (2010) relatam que um novo sistema agrário, ao longo do tempo, pode nascer, desenvolver-se, declinar e suceder-se, em dada região do mundo e fazem parte de uma série evolutiva característica daquela **região**. Por exemplo, a série evolutiva dos sistemas agrários hidráulicos do vale do Nilo (sistemas de bacias e de culturas de inverno, sistemas de cultivo irrigados em diferentes estações do ano); a série evolutiva dos sistemas agrários das regiões temperadas da Europa (sistemas de cultivo de derrubada-queimada; sistemas de cultivo com tração leve e alqueive associados à criação animal; sistemas de cultivo com tração pesada e com alqueive e criação associada; sistemas de cultivo com tração pesada e sem alqueive associados à criação animal; sistemas motorizados, mecanizados e especializados; a série evolutiva dos sistemas hidroagrícolas das regiões tropicais úmidas) *etc.* Algumas dessas experiências vamos conhecer na Unidade 4.



SAIBA MAIS: Jared Diamond (2005) descreve em sua publicação “Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso”, como as sociedades humanas, as grandes e pequenas, antigas e modernas, entram em colapso e se dissolvem causadas por escassez de recursos naturais.



INTERATIVIDADE: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/lovois-de-andrade-miguel-1/mazoyer-mroudart-l-historia-das-agriculturas-no-mundo-do-neolitico-a-crise-contemporanea-brasil-neaad-mda-sao-paulo-editora-unesp-2010-568-p-il>

A partir de dado momento, que as populações estavam estabelecidas nestas regiões, a quantidade de cereais produzidas não foi mais suficiente para alimentar a população e assim, surgiram as primeiras crises no sistema agrário. As soluções encontradas foram migrar para outros locais ou guerrear entre os povos para conquistar novos espaços que possuíam mais ou melhores recursos naturais, indispensáveis para a agricultura, como a água. Dessa forma, as florestas se tornaram locais preferidos para a prática agrícola, pois ao retirar a formação arbórea, os solos eram ricos em nutrientes e, pelo acúmulo de matéria orgânica das florestas, favorável

ao armazenamento de água no solo, condições essenciais para a agricultura. As operações rotineiras no meio florestal para a prática da agricultura eram: primeiro a derrubada manual, cuja ferramenta principal era o machado de pedra polida, depois a queimada para favorecer a limpeza do espaço e a liberação de matéria mineral, finalmente, a mistura das cinzas na camada superficial do solo (leito de sementes).

A fertilidade das florestas está disponibilizada para poucos ciclos de cultivos e, logo, novas crises ocorreram. Quando se desmata florestas, seja com o corte da vegetação ou com o uso do fogo, há a redução da fertilidade do solo e a fragilidade da estrutura destes solos. Estes processos facilitam a erosão dos solos e a modificação das paisagens, variando de local para local. Sem dúvida, este período e estas transformações foram marcantes para a história da agricultura, conforme relatam os autores:

Os sistemas de cultivo de derrubada-queimada estiveram entre os mais extensos e mais duráveis que já existiram. Após penetrar nas florestas e nos meios arbóreos cultiváveis, esses sistemas perpetuaram-se durante séculos, até que o aumento da população e a repetição muito frequente dos cultivos tivessem acarretado a destruição do florestamento. Esse processo de desmatamento, que gradativamente atingiu a maior parte dos meios ancestralmente florestados e cultivados do planeta, foi, sem sombra de dúvida, a maior transformação ecológica da história. (MAZOYER; ROUDART, 2010 p. 157).

A exploração dos diferentes ecossistemas provenientes do desmatamento, exigiu a criação de instrumentos variados, conforme a necessidade de cada região do mundo, assim como exigiu que cada uma dessas regiões desenvolvesse modos de cultivo e de criação diferenciados, apropriados às novas condições ecológicas e características de cada um dos grandes sistemas agrários em gestação. Neste período se formaram os principais sistemas agrários no mundo (quadro 2). Mais adiante, na Unidade 4 vamos apresentar experiências no Brasil e no mundo de agricultura familiar **atual**.



SAIBA MAIS: Para quem tem interesse em compreender o processo histórico dos principais estilos de agricultura no mundo, sugerimos a leitura do capítulo 3 do livro História das agriculturas do mundo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Os sistemas agrários hidráulicos do Vale do Rio Nilo

O Vale do Rio Nilo, localizada nos territórios do então Egito e Sudão, é de extrema importância para a região e continente africano, pois atravessa o extenso deserto do Saara. A civilização egípcia sempre se baseou na agricultura hidráulica, pois adaptou-se a um estreito vale e de um delta submerso a cada verão pela cheia do Nilo. Durante mais de 5.000 anos, os sistemas de bacias e de cultivos de vazante de inverno permaneceram predominantes, coexistindo com os sistemas de cultivos irrigados em diferentes estações do ano. A civilização egípcia antiga era fruto do trabalho ininterruptamente renovado de um campesinato dotado de utensílios manuais insignificantes e por muito tempo, neolíticos, submetido a uma organização política, administrativa e religiosa centralizada e hierarquizada que impunha, a custo de tributos e **corvéias**, a construção e a manutenção de gigantescas obras coletivas, utilitárias ou suntuosas.

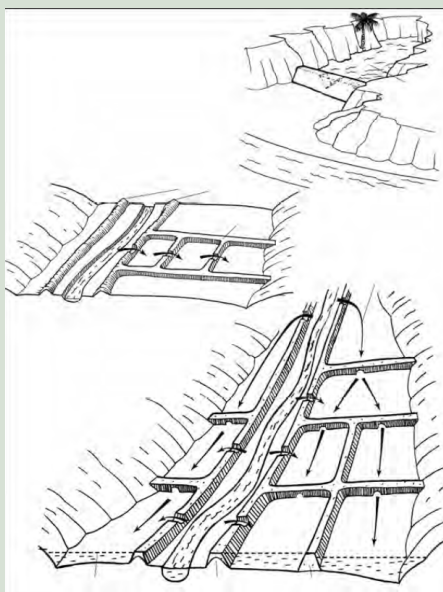


TERMO DO GLOSSÁRIO: Corvéia – prestação de trabalhos gratuitos ao governantes para obtenção de parte ou uso de terras. Foi um tributo muito importante para a manutenção do sistema feudal na Europa.

Antigamente, o Nilo transbordava a cada ano entre julho e outubro. A inundação cobria durante várias semanas a maior parte do vale e do delta, com exceção das elevações naturais. A altura da água, variável conforme o lugar e a importância da cheia podia atingir vários metros. Os cultivos de vazante eram feitos após o recuo das águas, quando os solos estavam embebidos e enriquecidos pelos depósitos de matéria orgânica e mineral, e a colheita acontecia na primavera. Os cultivos de cereais (trigo, aveia, milho, no sul) e de linho, exigentes em elementos minerais, alternavam-se com os cultivos de leguminosas alimentares (ervilha, lentilha), ou forrageiras (trevo de Alexandria), que enriqueciam o solo.

Com o passar do tempo, os agricultores egípcios criaram uma série de sistemas de canais e diques protetores ao longo do rio, que ligavam as bacias do alto vale, do médio vale e do delta, permitindo repartir de forma equânime as cheias insuficientes e também amortecer as cheias excessivas distribuindo-as tão amplamente quanto possível. Grandes canais adutores permitiam, entre outros, estender as águas da cheia sobre “novas terras” raramente ou até mesmo nunca atingidas pela inundação natural (figura 03). Essas grandes obras hidráulicas conduziam não a uma reestruturação integral do vale e do delta e a uma gestão unificada da cheia, mas a um conjunto de reformas locais e regionais cada vez mais perfeitamente ligadas entre si e a uma gestão coordenada da cheia, graças a regras de uso da água e de um sistema de comando centralizado e hierarquizado.

Figura 03 – Esquemas de ordenamento das bacias de vazão

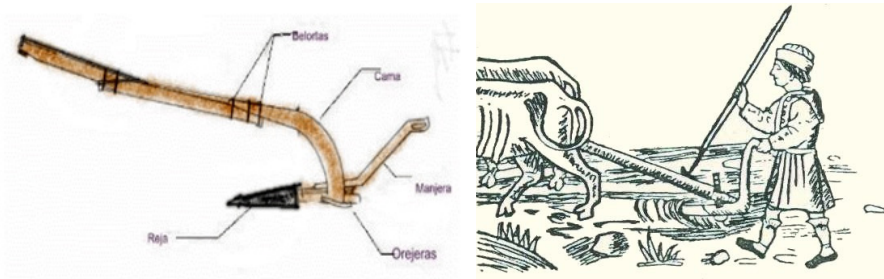


Fonte: Adaptado de Mazoyer; Roudart, 2010, p. 187

Assim, os agricultores começaram a elaborar práticas agrícolas para manter e aumentar a qualidade dos solos. Foi neste contexto que surgem os sistemas agrários de pousio, já que a rotação de terras foi algo necessário para impulsionar a recuperação da fertilidade do solo, após a atividade agrícola. Desenvolveram-se nas paragens temperadas quentes do entorno do Mar Mediterrâneo e depois nas regiões temperadas frias da Europa, na medida em que eram desmatadas, conformando a base de sustentação de um modo de organização social e político baseado nas relações servo contratuais, denominado feudalismo. Observa-se neste período, uma estreita associação entre lavoura e criação de animais, que persiste até a atualidade.

O fogo e o machado eram ferramentas que se utilizavam com frequência para desmatar e manejar as florestas, mas já não serviam para o trabalho nas lavouras. Para controlar as ervas espontâneas e cultivar, os agricultores da Antiguidade utilizaram equipamentos manuais, a pá e o enxadão, e um equipamento tracionado por animais, o arado escarificador. Enquanto a pá e o enxadão permitiam, tanto um como outro, lavrar o solo, ou seja, revolvê-lo e eliminar em larga escala a vegetação herbácea espontânea, a passagem do arado escarificador ajudava a enterrar os grãos após a sementeira e completava o trabalho na lavoura, conforme pode ser observado na figura 02.

Figura 2 – Instrumento de trabalho – Escarificador



Fonte: Manejo do Solo. Disponível em: http://www.infobibos.com/artigos/2006_3/c7/index.htm

Na verdade, o arado escarificador, a pá e o enxadão não foram inventados para responder às necessidades dos novos sistemas com **alqueive**: eles foram tomados emprestados aos sistemas hidroagrícolas da Mesopotâmia, onde estavam em uso há muito tempo, pelos agricultores das regiões vizinhas atingidos pelo desflorestamento. Além deles, se destaca neste período o uso da foice, sendo uma das principais ferramentas utilizadas pelos servos medievais para realizar o corte dos cereais produzidos. Possuía uma lâmina de ferro formatada como a metade de um semicírculo e que era de fácil manuseio para realizar um movimento de corte sem muito esforço (Figura 03).



TERMO DO GLOSSÁRIO: na agricultura, alqueive é o estado de uma terra lavrada que se deixa descansar.

Figura 3 – Foice



Fonte: Foice. Disponível em: https://www.museuspontedelima.com/frontoffice/pages/1016?poi_id=612

Estas novas formas de agricultura provocam ou impulsionam na sociedade novas formas de organização social. As trocas de trabalhos tornam-se comuns e o sistema produtivo se organiza de tal modo que os jardins, as hortas e o pomar ficavam próximos a vila (ervilha, vagem, tomate, uva). Já as culturas de cereais agrupadas sobre a terra lavrada e repartidas no espaço. Percebe-se, portanto, que este sistema de produção apresentava uma rotação entre cereais e pousio.

A partir do Século X, aumenta a intensidade do uso da metalurgia na agricultura e uma série de instrumentos agrícolas foram feitos de ferro (arado e a grade), as quais

são utilizadas até hoje. Com isso, há também o surgimento dos moinhos de vento no Século XI (moinhos de madeira movidos a água datam do Século V) e as rodas d'água. Para a domesticação de cavalos para auxiliar nos trabalhos agrícolas (Figura 04).

Figura 4 – Transporte de produtos agrícolas com a utilização de cavalos domesticados

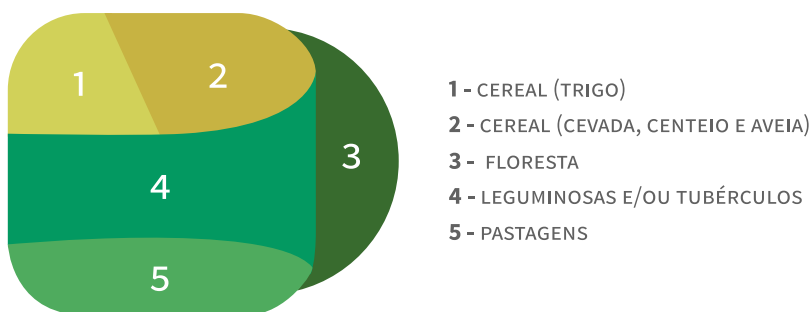


Fonte: NTE/UFSM

1.1.2 Primeira Revolução Agrícola Contemporânea: o cultivo das terras de pousio

Com o passar dos anos, nos séculos XIV ao XIX, ocorre o que Mazoyer e Roudart (2010) chamam de “a primeira revolução agrícola dos tempos modernos” que, de maneira geral, gerou os sistemas de cultivos baseados na cerealicultura com forrageiras. A grande diferença deste período e que a caracterizou-a como sendo a primeira revolução agrícola contemporânea, foi a extinção do Pousio e a introdução de novas variedades que podiam ser utilizadas para alimentação humana e animal. Na figura 05 pode-se observar que havia uma rotação de culturas, sobretudo, cereais e a destinação de áreas para pastagens, já que a utilização de animais na agricultura era prática cada vez mais comum e não há áreas destinadas para o pousio.

Figura 5 – exemplo de um esquema de divisão de áreas agrícolas do século XVI



Fonte: Autores, 2018.

Nas novas rotações, as forragens alternavam-se quase continuamente com os cereais

e, portanto, as terras cultiváveis passam a produzir cereais e pastagens. Podemos inferir que com o aumento das áreas de pastagens, o número de animais domesticados herbívoros aumentou significativamente, sendo utilizados como força de tração (caruagens, equipamentos agrícolas, processamento de alimentos, entre outros) e como produtores de matéria orgânica. O acréscimo de esterco animal conduziu, por sua vez, a um forte progresso nos rendimentos dos cereais e permitiu até a introdução de outros cultivos nas rotações, cultivos esses mais exigentes em matéria de fertilidade.

Além disso, a melhoria da alimentação animal e da fertilização dos cultivos permitia iniciar a seleção das raças animais e as variedades de plantas mais exigentes e mais produtivas, capazes de tirar partido de tais melhorias. Com isso, observou-se na história, um aumento da oferta de alimentos, e assim o aumento da população mundial. Foi esse “boom” demográfico que colaborou para que no fim do século XIX, mais da metade da população ativa dos países industrializados pôde consagrar-se às atividades não agrícolas, mineiras, industriais e de serviços então em pleno desenvolvimento, ou seja, a revolução agrícola condicionou o progresso da Revolução Industrial. Com o aumento da oferta de alimentos, da população e com as mudanças políticas, sociais e econômicas deste período, criou-se as condições para o nascimento de um novo sistema econômico e social, cujo capitalismo industrial, agrícola, comercial e bancário constituiu, sem dúvida alguma, a novidade mais notável.

1.1.3 Segunda Revolução Agrícola Contemporânea e a Modernização conservadora da agricultura brasileira

A segunda revolução agrícola contemporânea ocorre em função das mudanças nos séculos anteriores, durante o período chamado de primeira revolução agrícola contemporânea. Este processo vai marcar profundamente o modo de fazer agricultura no mundo e trazer questões que até então não eram destacadas na agricultura, tais como as questões ambientais. Vale dizer que ela não aconteceu de uma hora para outra, pois foi um processo resultante das modificações que já vinham ocorrendo no sistema agrícola desde o final da Idade Média. Os avanços desta revolução ocorreram na Europa e também em suas colônias na América e Ásia.

A primeira fase da mecanização da agricultura foi sendo aperfeiçoada ao longo do século XX. Os avanços decorridos da segunda revolução industrial, principalmente a utilização de motores e máquinas, impulsionaram o aumento da produção agrícola neste período. Se por um lado a motorização, com a utilização de motores a explosão ou elétricos, colaboraram com a criação de máquinas cada vez mais complexas, a utilização de insumos químicos, sejam adubos minerais, inseticidas e praguicidas garantiram o uso cada vez mais intensivo de áreas agrícolas. Neste período, também foram sendo ampliados os estudos e pesquisas sobre o melhoramento de plantas e animais e a utilização de variedades específicas adaptadas aos novos modos de produção industrial.

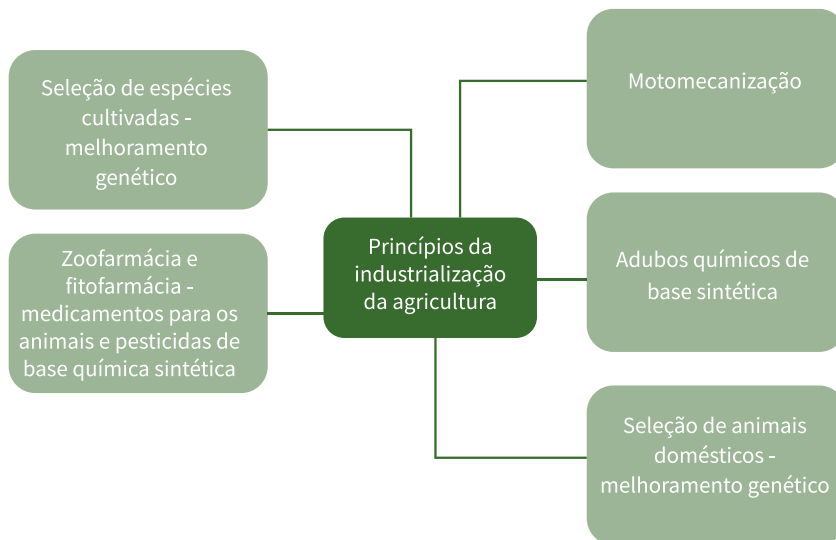
Dessa maneira, se consolida a chamada “agricultura moderna”, cujos princípios são o uso de tecnologias genéricas nas sementes, adubos, maquinarias, pesticidas; a

homogeneização dos cultivos, para facilitar a mecanização e a crença na configuração dos chamados “pacotes tecnológicos” - generalização das tecnologias produzidas pela pesquisa; e o produtivismo, como único e principal objetivo destas mudanças na agricultura, baseado apenas no aumento da produção física de alimentos, com o intuito de afastar o “fantasma” da fome no mundo.

Essa mudança de paradigma configura o que hoje denominamos de produção agrícola convencional ou um cenário agrícola onde os estabelecimentos são, na maioria das vezes, são inteiramente especializados num número muito reduzido de produções particularmente rentáveis. São equipadas com tratores pesados e grandes máquinas, fazem maciçamente apelo aos adubos minerais, aos produtos fitossanitários, aos alimentos do gado, a variedades de plantas e raças de animais altamente selecionados.

Esses estabelecimentos vendem a quase totalidade de seus produtos nos mercados multirregionais e multinacionais e compram a maior parte de seus meios de produção, sendo que o autoconsumo e o autoabastecimento ocupam somente um lugar limitado. Este panorama sintetiza os princípios da industrialização da agricultura e também pode ser denominada como a “modernização da agricultura” (figura 06).

Figura 6 – Princípios da industrialização da agricultura.



Fonte: Autores, 2018.

Esse processo ficou mundialmente conhecido como Revolução Verde, referindo-se a criação e disseminação de novas sementes e técnicas agrícolas capazes de aumentar a produtividade em países menos desenvolvidos, especialmente nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil e América Latina. Cabe ressaltar que este processo ocorreu de forma heterogênea no mundo, isto é, assumindo diferentes formatos e em diferentes períodos. Muitas são as críticas e discussões sobre o uso deste termo na literatura, pois os impactos deste novo paradigma têm implicações diretas e nefastas para o meio ambiente e para as comunidades e países onde este tipo de agricultura não foi possível, por razões ecológicas, culturais ou políticas, agravando as desigualdades sociais.

O início do ciclo de inovações tecnológicas na agricultura teve maior visibilidade no período pós-guerra (anos 1940-1950), sobretudo pelo grande investimento em tecnologia que foi deslocado da indústria de armamento para a agricultura. Os impactos para a sustentabilidade agrícola foram significativos, e apenas a partir da década de 1980 tornou-se relevante para a comunidade internacional. Na unidade 2, aprofundaremos o estudo destes impactos, bem como do avanço da discussão sobre este tema.

1.2

CONSTRUÇÃO TEÓRICA SOBRE O CONCEITO DE CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR

Esta subunidade aborda conceitos sobre o campesinato e Agricultura Familiar.

1.2.1 A Modernização conservadora da agricultura brasileira

Conforme vimos anteriormente, a partir dos últimos cinco séculos a humanidade passou a vivenciar o modo de produção capitalista como forma principal de organizar a produção. Este modo de produção teve sua evolução econômica, iniciando-se com o capitalismo comercial, em especial na Europa. O colonialismo foi um dos mecanismos deste sistema para dominar e conquistar novos territórios, expropriando as populações nativas de suas riquezas (minerais e produtos agrícolas) e aumentando o poder econômico e político dos países europeus, então colonizadores.

A partir do século XVIII, o capitalismo industrial introduziu os métodos fabris para a produção de alimentos e para o aumento da produtividade na agricultura. Nesta fase, observa-se o advento da maquinaria e da indústria química com o único intuito de aumentar a produtividade, o que Mazoyer e Roudart (2010) denominam de **segunda revolução agrícola contemporânea** (subunidade 1.1.3). Já nas últimas duas décadas do século XX, o capitalismo chegou em sua etapa atual, que é o domínio do capital financeiro, como forma principal de acumular e se reproduzir enquanto sistema. Essa etapa trouxe profundas mudanças à agricultura mundial. Durante esses anos todos, o processo de domínio do capital conviveu também com crises e avanços, que aumentavam ou diminuían a exploração dos trabalhadores. Da mesma forma, como sempre, houve muita luta e resistência popular.

O colonialismo impôs a organização da produção agrícola, através da chamada *“plantation”* ou plantagem, segundo Gorender (1994). Essa forma de organizar a produção agrícola nos países mais pobres estava baseada em grandes fazendas que cultivavam produtos que interessavam apenas à metrópole colonial e obtinham seus lucros baseados no trabalho escravo (de povos africanos, principalmente) ou em outras formas perversas de exploração do trabalho nativo. Este sistema durou, em alguns países, mais de quatro séculos. A esta fase os historiadores descrevem como a fase do capitalismo comercial, que combinou a investida econômica com a dominação política do colonialismo dos povos do sul.

A partir das mudanças provocadas pela Revolução Industrial na Europa, o capitalismo industrial, que se estrutura no início do século XX no Brasil, avança sobre a agricultura. Durante este período, a lógica de acumulação e as necessidades do capital se reproduzir, impuseram novas mudanças também na forma de produzir

e explorar o trabalho na agricultura (ABRAMOVAY, 1992). Destaca-se como regras gerais de dominação do capital industrial sobre a agricultura:

- A subordinação da agricultura à indústria. Muito além da substituição de mão de obra humana e animal pelas maquinarias cada vez mais potentes, a agricultura passou a ser organizada pela lógica do lucro e a produção de alimento foi sendo substituída gradativamente por “mercadorias” ou commodities. Produz-se para o mercado interno e para o mercado externo, desde que seja lucrativo (Quadro 3).

Quadro 3 – Apropriação e o Substitucionismo

Este processo de mudança na base técnica na forma de se fazer a agricultura foi descrito pelos autores Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) como o apropriação e o substitucionismo.

a) **Apropriação:** este conceito refere-se ao processo em que a indústria, a ciência e a tecnologia se apropriam de uma série de atividades antes desenvolvidas pelos humanos, pelos animais ou mesmo pela natureza. Alguns elementos do processo de produção são transformados pela indústria, assim como a semeadura à mão pela máquina de semear, o cavalo pelo trator, o esterco por produtos químicos sintéticos, entre outros. Dessa forma, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial.

b) **Substitucionismo:** é caracterizado pelo processo de substituição de produtos que são, tradicionalmente, agrícolas por produtos industrializados. O produto agrícola, depois de ser primeiramente reduzido a um insumo industrial, sofre cada vez mais a substituição por componentes não-agrícolas até se tornar um produto alimentício apropriado para a indústria. O substitucionismo permite maiores ganhos à indústria alimentícia e reduz o poder de negociação dos agricultores, assim como reduz os ganhos em função da comercialização dos produtos agrícolas. Este processo pode ser identificado, por exemplo, no uso de adoçantes em substituição ao açúcar, o óleo vegetal em substituição à gordura animal (banha) e as fibras sintéticas substituindo a lã.

Fonte: Adaptado de Goodman; Sorj; Wilkinson, 1990.

- A lógica da propriedade privada sob a terra. Nesse período a terra, antes tratada pela maioria das civilizações como um bem da natureza a serviço do bem comum, agora, com o capitalismo industrial, é transformada em mercadoria. Uma mercadoria especial, pois apesar de não ser fruto do trabalho humano, o capitalismo impõe um preço que representa seu potencial de lucratividade. Com isso, para que alguém tenha acesso à terra é preciso possuir riquezas acumuladas. Ao mesmo tempo, os camponeses que ainda viviam sobre ela, são induzidos a vendê-la, a comercializá-la e assim, frequentemente, migrarem para as cidades, transformando-se em mão de obra barata para o trabalho nas indústrias.
- Em razão destas mudanças na agricultura, ocorre, neste período, o maior processo de migração dos camponeses e das populações nativas da história. Na maioria das nações, as populações deixaram de viver majoritariamente no meio rural para se aglutinarem nas grandes cidades, rompendo com processos socioculturais tradicionais. Na arte, a migração de populações nordestinas principalmente para a região sudeste foi retratada na forma de **cordéis** (Figura 07)



SAIBA MAIS: A **literatura de cordel** é um gênero literário popular escrito frequentemente na forma rimada, originado em relatos orais e depois impresso em folhetos que são ilustrados com xilogravuras. O nome tem origem na forma como tradicionalmente os folhetos eram expostos para venda, pendurados em cordas, cordéis ou barbantes.

Xilogravura é uma técnica de gravura na qual se talha uma madeira para que seja utilizada como matriz, possibilitando a reprodução da imagem gravada sobre o papel ou outro suporte. É um processo muito parecido com um carimbo, onde se utiliza um rolo de borracha embebida em tinta, tocando nas partes elevadas do entalhe. O final do processo é a impressão em alto relevo em papel ou pano especial, que fica impregnado com a tinta, revelando a figura.

Figura 7 – Mudança de Sertanejo - Xilogravura de J. Borges: Figura 9 – Mudança de Sertanejo – Xilogravura de J. Borges:



Fonte: Mudança de Sertanejo. Disponível em: <http://tautonomia.blogspot.com/2015/10/j-borges-xilogravura.html>

- Alteração na lógica da produção de alimentos, passando o processamento e a conservação dos alimentos: a agroindustrialização. Os agricultores deixaram de produzir alimentos e passaram a produzir apenas matérias primas para as empresas agroindustriais. Como a maior parte da população passou a viver nas cidades, o abastecimento dos alimentos precisou ser transportado de longas distâncias e ser armazenado, fato este que caracteriza e justifica o processamento cada vez maior e a criação de **produtos ultraprocessados**, por exemplo.



TERMO DO GLOSSÁRIO: alimentos ultraprocessados – alimentos que passaram por técnicas e processamentos com alta quantidade de sal, açúcar, gorduras, realçadores de sabor e texturizantes. Estes alimentos possuem um perfil nutricional danoso à saúde. Por serem hiperpalatáveis, ou seja, acentuam muito sua palatabilidade ou aceitação pelo paladar da maioria da população, danificam os processos que sinalizam o apetite e a saciedade e provocam o consumo excessivo e “desapercebido” de calorias, sal, açúcar, etc. Exemplos: Enlatados, embutidos, congelados, preparações instantâneas, refrigerantes, salgadinhos, frituras, doces, entre outros.

- O capitalismo industrial busca, acima de qualquer coisa, o aumento da produtividade física da terra e a produtividade do trabalho dos agricultores, introduzindo na agricultura os métodos da divisão do trabalho e o desenvolvimento tecnológico da indústria. Assim, nesse período, se introduz os insumos produzidos pelas indústrias, como os adubos químicos, os agrotóxicos e a mecanização agrícola. Para viabilizar a compra de todos esses bens da indústria, se desenvolve o crédito rural e uma série de subsídios estatais.

Nas últimas duas décadas, assistiu-se a uma crise do modelo do capital industrial e o advento da hegemonia do capital financeiro, como forma predominante do capital acumular, explorar e se reproduzir em todo mundo. Esse momento do capitalismo está associado fortemente ao avanço das novas tecnologias desenvolvidas na informática, na microeletrônica, na química fina, nanotecnologia que revolucionaram o mundo do trabalho e trouxe sérias consequências para a agricultura.

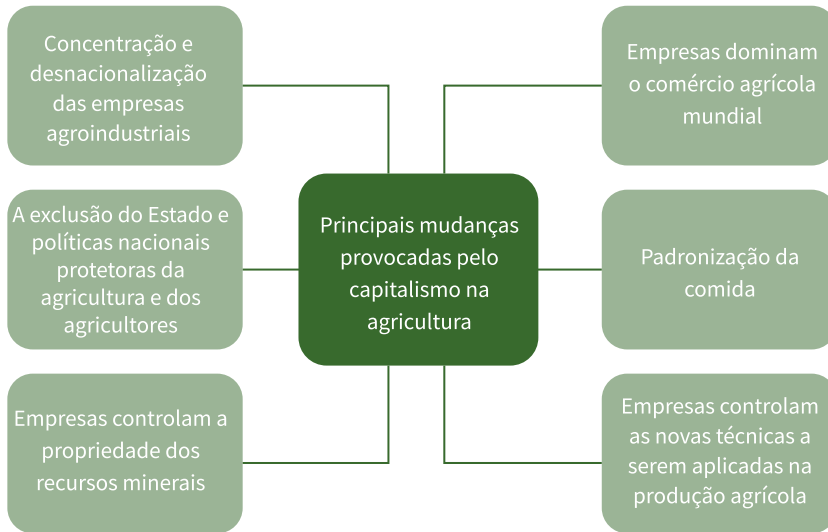
Por conseguinte, o capitalismo financeiro está assentado em dois processos que se complementam. Se de um lado observa-se a entrada do sistema bancário sob os lucros do capital financeiro, pois o dinheiro está aplicado em empréstimos para obter altas de juros e a compra de ações de empresas lucrativas, de outro, esse capital está controlado por grandes empresas, bancos e monopólios, e circulam de uma forma muito rápida, quase instantânea, em todos os países do mundo.

Dessa forma, uma consequência natural de funcionamento do capital financeiro foi o aumento da concentração do capital em grandes empresas transnacionais que se constituíram em verdadeiros oligopólios, controlando grandes setores da produção, do comércio, dos serviços e das finanças concomitantemente. Assim, hoje, as dez maiores empresas transnacionais, com suas sedes nos Estados Unidos e Europa, controlam a produção de alimentos do mundo, quais sejam: Nestlé, PepsiCo, Unilever, Mondelez, Coca-Cola, Mars, Danone, Associated British Foods (ABF), General Mills e Kellogg's. Essas empresas faturam juntas US\$ 1,1 bilhão (R\$ 3,4 bilhões) diariamente e controlam a compra de commodities no mundo (TAMIR, 2017). Por exemplo, segundo a pesquisa da Oxfam relatada no artigo de Tamir, as empresas Mars, Mondelez e Nestlé controlam 40% do comércio mundial de cacau. Disso tudo, somente entre 3,5% e 5% do valor de uma barra de chocolate vai para o pequeno produtor rural.

Essa é uma expressão da globalização, que determina que uma mesma empresa atua em quase todos os países do mundo. As grandes empresas transnacionais também dominam os diferentes setores ligados à produção, comércio e distribuição. Além das já citadas, destacam-se, ainda empresas como a Monsanto, Cargill, Du Pont, Sygenta, Norvartis, Bunge, Wal Mart, Carrefour, Makro, etc. que estão presentes na maioria dos países e em todos os continentes.

A partir deste cenário, as principais mudanças provocadas pelo capitalismo na agricultura, sobretudo a partir da sua última fase e da acumulação do capital financeiro estão sintetizadas na figura 8.

Figura 8 – As principais mudanças provocadas pelo capitalismo na agricultura:



Fonte: Autores, 2018.

Como consequência visualiza-se a padronização da comida, de má qualidade, em geral. Para facilitar sua fabricação, sua internacionalização e assim aumentar os lucros das empresas que controlam, esse processo coloca em xeque as questões culturais e locais, ameaçando que certos saberes se percam definitivamente. Da mesma forma, essas empresas, controlam os recursos minerais, com destaque para a água potável, indispensável para qualquer atividade agrícola e para o processamento dos alimentos.

Para aumentar o seu poderio, as empresas passaram a dominar o comércio de grãos a nível mundial. Dessa forma, elas controlam os mercados e, conseqüentemente, os preços internacionais. Neste panorama, os Estados ficam limitados a operar (STEDILE, 2013). Conseqüentemente, observa-se uma redução das políticas públicas de preços, de armazenagem, de pesquisa, de assistência técnica, e de crédito rural para os agricultores (STEDILE, 2013).

Por fim, as técnicas aplicadas na produção são controladas por estas mesmas empresas, provocando mais uma via de dependência do agricultor ao capital financeiro. Todas as grandes empresas estão fazendo investimentos para dominarem a biotecnologia e a nanotecnologia e criam variedades transgênicas, impondo a propriedade privada, intelectual sobre a semente para depois cobrar royalties e garantir a dependência do agricultor às indústrias de insumos. Para tanto, também precisam ter acesso à propriedade privada da biodiversidade que existe no planeta e por isso investem na compra de áreas que são consideradas hotspots, ou centro de diversidade agrícola, tais como a Amazônia, cerrado, entre outras.

Para que esse processo de acumulação e dominação do capital, que está sendo hegemonizado pelo capital financeiro e suas empresas transnacionais dê resultados, eles precisam, acima de tudo, de liberdade total de funcionamento. A palavra neoliberalismo representa essa necessidade ideológica do capital para ter liberdade para comprar terras, para influenciar o comércio, os preços e investimento (STEDILE, 2013). Ademais, a proteção jurídica é essencial para que se efetive a dominação do capital financeiro. Esta proteção se dá nos acordos internacionais que lhes garan-

tem uma liberdade de atuação a nível global, na agricultura e em outros setores da economia. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) são duas das instituições que operacionalizam estes acordos internacionais (STEDILE, 2013).

Evidentemente que este processo é heterogêneo nos mais diversos países, mas avança rapidamente pelo mundo. Muitos grupos manifestam resistência a esta conjuntura, tais como os movimentos sociais ligados ao campo, como a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1.2.2 O conceito de campesinato: origem e trajetória

A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da idade média europeia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Conforme vimos na subunidade anterior, o campesinato na Europa foi formado, durante a vigência do feudalismo, por servos da gleba, isto é, trabalhadores que, embora não fossem escravos, não podiam jamais abandonar a terra onde trabalhavam. Estes trabalhadores não tinham a propriedade das terras, pois elas eram posse dos senhores feudais ou da Igreja. O campesinato foi perdendo espaço na Europa, a partir da introdução de relações de produção capitalistas no campo (MARQUES, 2008).

Já no Brasil, o campesinato foi criado em uma sociedade situada na periferia do capitalismo e atrelada ao latifúndio escravista. Se o camponês europeu está vinculado à terra, no Brasil ele apresenta uma grande mobilidade, já que esteve constantemente em busca de novas terras. Sobretudo, o campesinato tem tido um papel importante nas regiões de expansão da fronteira agrícola, no Norte e no Centro-Oeste, enquanto que, nas regiões de ocupação agrícola consolidada e produção voltada à exportação. A maioria dos camponeses se incorporou ao proletariado rural, constituído por trabalhadores assalariados itinerantes – os chamados "boias frias".

Segundo Wanderley (1985), o campesinato pode ser considerado hoje, como uma forma particular da agricultura familiar. Mendras (1976, apud LAMARCHE, 1993) identifica cinco elementos característicos do tipo ideal de sociedade camponesa: a autonomia relativa à sociedade como um todo; a importância estrutural do grupo doméstico; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de inter-relacionamentos; e a função decisiva das personalidades de prestígio, que estabelecem uma relação entre a sociedade local e a sociedade em geral. Uma característica importante e que a diferencia das demais categorias, segundo a autora, é o saber tradicional, também chamado saber autóctone ou saber popular. Assim, o campesinato tem "uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local" (WANDERLEY, 1997 p. 27).

O conceito pode ser empregado para descrever diversas formas sociais do campo, seja o parceiro, o foreiro, o pequeno proprietário, entre outros. O que há em comum, em todas elas, é a família como centro de decisões relativas à organização da produção e no modo de vida, assim como o trabalho na terra, o trabalho agrícola.

Conforme Marques (2008) e Fernandes (2001) o campesinato pode ser compreen-

dido como uma classe social, e não apenas como um setor da economia; uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

Segundo Shanin (1979, p. 228), “o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um mundo diferente, que apresenta padrões de relações sociais distintos – ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida”. Para ele, o campesinato é uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

Para Marques (2008) o campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês, ou uma retomada da ligação do agricultor com a terra, o que Van der Ploeg (2006) denomina de recampenização.

Woortmann (1990) através de suas pesquisas etnográficas, conclui que a ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e que tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade. No Brasil, a ética do catolicismo rústico se confunde com a ética camponesa.

Além disso, segundo Marques (2008) o conceito de camponês possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira. Mais do que para a academia, o termo campesinato é quase uma bandeira de luta para os movimentos sociais do campo, sobretudo, a partir da década de 1950, no Brasil, discurso identificado nas principais organizações de luta no campo como a Via Campesina.

É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2008). Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caçara no litoral paulista; colono ou caboclo no Sul – dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho etc. Do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório. Assim, eles aparecem como conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizados numa longa história de lutas (MARTINS, 1981).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, aumentam as disputas no campo e entram em cena novos atores, tais como os atingidos por barragem, os seringueiros,

os trabalhadores rurais sem terra, entre outros, com pautas específicas e complexas relacionadas com a questão agrária.

Na última década do século xx, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese e aceito na comunidade, tanto que se institucionaliza através das políticas públicas a partir dos anos 2000. Os teóricos da agricultura familiar, os quais iremos aprofundar na próxima aula, apresentam uma série de argumentos e elementos para diferenciar o agricultor familiar do camponês, como por exemplo, os trabalhos de VEIGA (1991) e ABRAMOVAY (2003), que destacam: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias. (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 2003). Segundo Lamarche (1993) o camponês se transforma em agricultor familiar ao passo que aumenta a sua integração ao mercado. Nesta perspectiva, o camponês é tido como aquele indivíduo que vive da agricultura de subsistência e que sua evolução natural é se diferenciar – integrar-se ao mercado – ou desintegrar-se – deixar de existir enquanto classe social. Esta perspectiva é inspirada nos trabalhos de Lenin e Kautsky sobre a questão agrária.

Segundo alguns autores, como Marques (2008), Fernandes (2001) e Martins (1981) essa visão só contribui para empobrecer o debate político em torno da questão agrária, já que o conceito de agricultura familiar, passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Contudo, curiosamente, desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, além de seu caráter de espoliação, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política (GUZMAN; DE MOLINA, 2015). Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a se autodefinir como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo, e contribuindo ativamente para as ações que esta realiza no Brasil (MARQUES, 2008).

1.2.3 A Agricultura Familiar como construção teórica

Figura 9 – Ilustração caracterizando a Agricultura Familiar.



Fonte: Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.itapetinga24horas.com>

São vários os autores que discorrem e demonstram teoricamente a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento da sociedade. Pode-se mencionar Lamarche (1993, 1998) e, no Brasil, os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992; 2003), Almeida (1999) e Schneider (1999; 2000). Nesse contexto, uma iniciativa muito importante foi o resgate das análises de Chayanov (1974). Para ele, diferentemente da empresa capitalista, que tem por base a extração do trabalho assalariado e por prioridade a maximização do lucro, a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família. Nesse sentido, a decisão sobre o aumento da quantidade de trabalho necessário para a expansão de determinada atividade, por exemplo, tem em conta o bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade.

Para o FAO/INRA (1996), a agricultura familiar deve atender a duas condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Ou seja, a agricultura familiar é uma forma de produção através da interação entre gestão e trabalho; são os próprios agricultores que dirigem o processo produtivo, trabalhando com a diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Apesar dos autores brasileiros utilizarem também as denominações camponês e pequenos produtores, constata-se a predominância de agricultura familiar nos últimos anos, demarcado pelo surgimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) no início de 1990. Cada uma destas denominações está intimamente associada a um contexto e ao papel que era relegado a estes atores nos diferentes modelos de desenvolvimento da sociedade brasileira.

A Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso é recente, apresentando inclusive diferentes interpretações e definições sobre o seu significado e amplitude, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, e assim adquire novas significações (ALTAFIN, 2007). Isso porque a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação de força de trabalho no meio rural brasileiro e grande parte da produção de alimentos no Brasil advém da agricultura familiar. O Portal Planalto de 05/06/2012, com o título “Agricultura familiar já produz 70% dos alimentos consumidos no mercado interno do País, informa Pepe Vargas”. Na ocasião, Pepe Vargas era o ministro do Desenvolvimento Agrário, e essa notícia viralizou entre os noticiários e no meio acadêmico.

Esse dado foi baseado em uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, atualmente extinto, e exprime até hoje, o papel fundamental para a produção de alimentos para o mercado nacional que este setor representa. Na região Nordeste, por exemplo, 82,9% da força de trabalho na agricultura está ocupada na agricultura familiar (GUANZIROLI et al., 2001) e possivelmente a porcentagem de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar seja até maior que a estimativa nacional. Mesmo assim, a área que os agricultores familiares ocupam do território seja muito menor, se comparada com as áreas dos grandes produtores agrícolas. Ademais, a renda total média das famílias apresenta índices bastante baixos (GUANZIROLI et al., 2001)

Adotando a definição legal de agricultura familiar, o IBGE destacou, nos resultados do Censo Agropecuário de 2006, a contribuição deste setor para a economia brasileira. A primeira versão dos resultados foi publicada em 2009, e posteriormente, o

IBGE elaborou um segundo mapeio de todos os dados, que foi divulgado em 2012.

Na figura 10, verifica-se que no Brasil, em 2006, a agricultura familiar participou com 83,2% da produção de mandioca, 69,6% da produção de feijão (agregando todos os tipos) e 69% da produção de hortaliças. Além disso, os dados da segunda apuração do Censo Agropecuário de 2006 mostram que 58% da produção de leite e 51,2% das aves pertencem à agricultura familiar, na qual trabalham 12,3 milhões de pessoas, 4,3 milhões de estabelecimentos e ocupa 74% da mão de obra no campo.

Figura 10 – Participação percentual do valor de produção de produtos da agricultura familiar no Brasil em 2006.



Fonte: Agricultura familiar alimenta os brasileiros. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/recursos-para-pequeno-agricultor-crescem-20>

Outro fator importante, é que o termo agricultura familiar funciona como uma espécie de termo “guarda-chuva”, englobando diversas manifestações sociais ligadas ao campo brasileiro, tais como os índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus, que ora eram chamados de pequenos agricultores do Brasil. Apesar de diferentes, ao longo da formação do Brasil foram considerados secundários e invisibilizados nos processos de desenvolvimento. Além disso, é estratégico afirmar-se enquanto agricultores familiares para unir forças e disputar espaço político (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Segundo Schneider (1999), atualmente, no Brasil, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos populares rurais, acompanhados depois pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural. Todavia, para além desta legitimidade frente ao estado e às diferentes manifestações da sociedade, a Agricultura familiar é um dos componentes que confere legitimidade às classes populares que não poderiam ser enquadradas como pequenos agricultores ou pequenos proprietários de terra, como os arrendatários, posseiros, entre outros.

1.2.4 O marco legal da Agricultura Familiar

A partir desta discussão, o governo brasileiro regulamenta e estabelece, oficialmente, as diretrizes para a Agricultura Familiar. Uma das primeiras que trata do tema, é a **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006), determina que para se enquadrar na categoria de agricultor ou agricultora familiar, empreendedor ou empreendedora familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:



INTERATIVIDADE: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
Este item é aquele que define o tamanho do estabelecimento e ele é medido por uma unidade chamada de módulos fiscais. Módulo fiscal é uma unidade de medida, em **hectares**, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. Por meio dela, pode-se enquadrar uma propriedade como pequena, média ou grande, e é fundamental para definir o tamanho das áreas de Reserva Legal e áreas de preservação. Para determinar o tamanho de um módulo o INCRA leva em conta: o tipo de cultura agrícola cultivada majoritariamente naquele município; a renda que se pode obter pelo plantio da determinada cultura agrícola; A distância dos grandes centros urbanos e outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada.



SAIBA MAIS: hectares são medidas costumeiramente utilizadas para quantificar propriedades rurais em metros, 1 hectare (ou 1ha) equivale a 10.000m², ou seja, um terreno de 100m x 100m.

Essa medida está pré-fixada e a sua dimensão varia de município para município, observando as características de onde está localizada uma propriedade rural. No Brasil, o valor de um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares. No site do INCRA, há uma listagem do valor atribuído para cada município. Como exemplos, podemos citar alguns casos do Rio Grande do Sul, que podem variar de 40 hectares até a 5ha. Por exemplo, os municípios de Agudo, Itaqui, Seberi e Cerro Largo são 20 ha; Salto do Jacuí são 18ha; Itacurubi, Bagé e Alegrete 28ha; Restinga Seca e Santa Maria, 22ha; São Sepé, 35ha; Santa Vitória do Palmar são 40ha e Porto Alegre, **5ha**.



INTERATIVIDADE: consulte o valor do módulo fiscal de outros municípios no site: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

Portanto, por exemplo, uma propriedade de até 80ha em Agudo se enquadra na categoria de agricultura familiar. Já uma propriedade de 25ha em Porto Alegre não é considerada de agricultores familiares, pois 4 módulos fiscais neste município

correspondem a zoha.

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

Isso significa que as pessoas da família devem estar envolvidas e exerçam alguma atividade no estabelecimento. Não há exigência de que, necessariamente, todas as pessoas que compõem o núcleo familiar estejam exercendo atividade na propriedade. Essa atividade pode ser na agricultura, na comercialização ou processamento ou outra atividade que esteja relacionada com a produção agrícola ou não, no caso de atividades como turismo, por exemplo.

III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

Este item refere-se à renda obtida a partir do trabalho advindo das atividades praticadas na propriedade. Sobretudo, funciona para garantir que a propriedade seja economicamente ativa a partir de atividades vindas do local.

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, ou seja, gestionam as atividades da propriedade.

Em 2014 a Organização das Nações Unidas (ONU), na Assembleia Geral, em dezembro de 2011, instituiu o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) 2014, conforme pode ser visualizado no slogan da figura 11. O objetivo da entidade, com o ano comemorativo, é reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais. Além disso, a ONU quer aumentar a visibilidade do papel do segmento na erradicação da fome e pobreza, provisão de segurança alimentar e nutricional, melhora dos meios de subsistência, gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas rurais. No Brasil, uma série de atividades foram realizadas para celebrar o AIAF, ampliando a visibilidade da agricultura familiar e a sua contribuição para o desenvolvimento econômico do País (figuras 11 e 12).

Figura 11 – slogan do Ano Internacional da Agricultura familiar



Fonte: <http://www.fao.org/family-farming-2014/pt/>

1.2.5 O espaço da Agricultura Familiar no debate contemporâneo

Figura 12 – Ilustração caracterizando o espaço da Agricultura Familiar.



Fonte: NTE/UFSM

Nos últimos anos, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e pela academia (SCHNEIDER, 1999; 2009). Os temas que mais estão em voga, a partir da institucionalização da agricultura familiar, são a sustentabilidade e as questões ambientais relacionadas com a produção agrícola, tema este que será abordado na unidade 2 com maior profundidade. Outro elemento é o avanço das políticas públicas para o setor, que possibilitou a consolidação da classe no Brasil, cuja descrição detalhada será vista na unidade 3.

Tais temas só emergiram do debate acerca da agricultura familiar a partir dos estudos de Graziano da Silva ainda na década de 1990. O trabalho de Graziano em 1999 consiste em analisar o que se denominou de “novo rural brasileiro”, em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural brasileiro (GRAZIANO, 1999). A pluriatividade está relacionada com as múltiplas atividades que os agricultores desempenham e que, muitas vezes, são tão ou mais importantes que a própria atividade agrícola em si. De acordo com Sacco dos Anjos (2003), a pluriatividade é um processo de diversificação produtiva de outras atividades não agrícolas, como a prestação de serviços a outros agricultores, na industrialização em nível de propriedade, no artesanato, no turismo rural e que conjuntamente impliquem no aproveitamento das potencialidades e mão de obra existente na propriedade.

Conforme os estudos de Schneider (2001) o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de agricultura em tempo-parcial (unidades onde os moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como àqueles agroecossistemas que combinam muitas formas de rendimento. Além disso, esse termo abarca as atividades que não são pagas com

dinheiro em espécie, mas pela troca ou por serviços prestados. Estas atividades sempre fizeram parte da vida dos agricultores, pois está intrínseco ao modo de vida das sociedades rurais e sua reprodução social.

As sociedades rurais não seguem uma estrutura rígida da divisão do trabalho e portanto, toda essa diversificação das formas de trabalho, pode estar contemplada no termo pluriatividade da agricultura familiar. Essa multiplicidade de usos da força de trabalho dos membros da família apontam o surgimento de um conjunto de novas atividades no meio rural.

Em seus estudos, Chayanov já descrevia que em situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para suas necessidades, ou quando “sobram braços” para trabalhar, ela tende a buscar em “atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não-agrícolas” uma forma de ocupar a força de trabalho para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974 p. 101). Segundo o autor, esta dinâmica não é resultado de apenas uma busca por maiores rendimentos econômicos, mas como uma forma de ocupar a mão de obra “que sobra”, já que as famílias rurais tendiam a ser muito grandes, e algumas delas, superior à quantidade de trabalho exigido dentro da unidade de produção. Assim, para ele essa situação variava: quando a família tinha poucos filhos (ou os filhos pequenos), ou apenas o casal velho, a demanda por trabalhos não-agrícolas é menor. Já quando os filhos são adultos ou há muitos filhos, aumenta a demanda. Neste último caso o trabalho não-agrícola funciona como uma alternativa para a ocupação da força de trabalho.

Aplicadas essas análises no contexto contemporâneo, percebemos que a pluriatividade é uma decorrência das relações de trabalho da modernidade, decorrente dos processos recentes de realocização econômica. Atualmente, as atividades podem ser inúmeras. Destacamos algumas das mais recorrentes:

a) Trabalho agrícola assalariado, mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão-de-obra, como nas colheitas;

b) Ocupação dos agricultores em indústrias localizadas nas regiões **periurbanas**, o que, em geral, ocorre em regiões de pouca aptidão agrícola para consolidar uma agricultura competitiva;



TERMO DO GLOSSÁRIO: áreas periurbanas são aquelas que estão localizadas nos limites das cidades, onde as atividades rurais e urbanas se misturam e não é possível definir os limites físicos e sociais destes dois espaços. Atualmente vem crescendo o número de pessoas que se dedicam à agricultura nestas áreas, pois como estão próximo às cidades, a comercialização dos produtos agrícolas é facilitada, principalmente nas grandes cidades, tais como Porto Alegre, São Paulo, Curitiba, entre outras.

c) Turismo rural e a prática agrícola relacionada com ela, tais como o enoturismo. O agricultor e sua família acabam envolvendo-se com muitas outras atividades

necessárias em um local turístico, tanto do ponto de vista da oferta de atrativos quanto de serviços. A porta principal da relação da pluriatividade na agricultura com o enoturismo diz respeito à fabricação do vinho, pois o agricultor torna-se um empreendedor, assumindo função diferente daquela desempenhada anteriormente, destinando assim apenas uma parcela de seu tempo de trabalho às atividades produtivas;

d) A Agricultura orgânica e ecológica que mobiliza um grande número de agricultores.

Com a pluriatividade, alguns benefícios tornam-se visíveis: elevação da renda familiar, estabilização da renda face à sazonalidade da agricultura, a diversificação das fontes de ingresso, geração de emprego, redução do êxodo rural, o estímulo a mercados locais, estímulo a mudança nas relações de gênero e poder, mudança do sentido da terra e do rural. O aumento dos rendimentos, a partir da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, possibilita maior poder aquisitivo e, conseqüentemente, maior consumo, como aponta Schneider (2009).

Outra dinâmica que se destaca a partir do estudo das dinâmicas da agricultura familiar nos últimos anos, é um movimento de retorno à terra, formando um grupo de atores procedentes do espaço urbano que optam por regressar ao campo, ocupando atividades agrícolas ou não, os denominados neorrurais (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Os primeiros estudos brasileiros sobre o termo neorruralismo (GIULIANI, 1990) descrevem este grupo de pessoas que retornam ao rural com um caráter bastante romantizado, remontando a um rural bucólico. A partir daí, Graziano da Silva (1999) aprofunda o estudo sobre os novos rurais e destaca três grandes grupos de atividades que compõem esse fenômeno: uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e principalmente ao turismo e um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados.

Essas atividades, mais comuns na Europa, passaram a ser mais difundidas no Brasil a partir da década de 1980, quando passou a existir uma maior preocupação com a preservação ambiental e com os alimentos livres de produtos químicos, o que gerou uma maior demanda por esses nichos de mercado e conseqüentemente por pesquisas relacionadas à técnicas alternativas de produção. Graziano da Silva (1997) também descreve-os como sendo pessoas com um já razoável poder aquisitivo e com um algum conhecimento técnico e facilidade de buscar o conhecimento e a assistência técnica para produzir alimentos.

Uma parcela desses atores vê na agricultura ecológica a forma de atender a seus anseios, de busca de uma nova concepção de vida. Fialho (2005) ao discorrer sobre os novos rurais e a agricultura orgânica no sul do Brasil, relata que a preocupação desses atores não é apenas garantir a sobrevivência da família, mas, também, buscar o prazer de comer o alimento saudável resultante da própria produção, além de estabelecer formas alternativas de vínculos com o consumidor, pautados na ética e no respeito.

ATIVIDADES – Unidade 1

1 – Situe na linha abaixo os períodos da Primeira Revolução Neolítica, A Primeira e a Segunda Revolução Agrícola Contemporânea, descrevendo os períodos e as principais características de cada uma delas.

2 – Comente a charge apresentada abaixo.

Figura 13 – Charge



Fonte: Capitalismo em Desencanto. Disponível em: <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/04/17/globalizar-a-esperanca-internacionalismo-campones-e-um-modelo-contrahegemonico-de-sociedade/>

3 – Quais os impactos da industrialização da agricultura no Brasil?

4 – Conceitue Agricultura Familiar.

5 – Coloque V para as frases corretas e F nas frases incorretas:

() Perante a Lei, os quilombolas, indígenas e assentados da Reforma Agrária, também, podem ser considerados agricultores familiares, desde que atendam às exigências da Lei nº 11.326.

() O termo pluriatividade na agricultura está relacionado com as atividades não agrícolas, como a prestação de serviços a outros agricultores, o turismo rural e o artesanato.

() Os módulos fiscais, unidades para identificar os limites em dimensão espacial de uma propriedade de agricultores familiares, são unidades que variam de estado para estado e, portanto, em todo o Rio Grande do Sul um módulo fiscal mede 40 hectares.

() A Primeira revolução agrícola contemporânea é um marco na história da humanidade, pois foi quando iniciou o processo de domesticação de plantas e animais, favorecendo o aparecimento dos primeiros grupos de humanos vivendo de forma sedentária.

() O domínio do capital financeiro na agricultura é um fenômeno bastante recente na história humana, acarretando uma série de mudanças para a agricultura. Uma das suas conseqüências é a formação de grandes grupos transnacionais que dominam a tecnologia de produção (Monsanto, Bayer, etc.) e o processamento de alimentos (Nestlé, Unilever, Danone, etc.).

2

POLÍTICAS PÚBLICAS E
AGRICULTURA FAMILIAR

INTRODUÇÃO

Se na unidade anterior estudamos sobre o marco legal e institucional da agricultura familiar no Brasil, nesta unidade avançaremos no tema, focando nas principais políticas públicas relacionadas à esta categoria social. Trazemos aqui, portanto, um recorte do contexto das políticas públicas para a agricultura familiar que se consolidou no Brasil desde a redemocratização política.

Neste conjunto, destacam-se as políticas de crédito, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como a mais impactante política para os agricultores familiares, que está em execução. O Pronaf tem sido reformulado e muitas linhas diferentes têm sido criadas para atender à diversidade de expressões da agricultura familiar no Brasil. Como forma de regulamentação, atualmente se utiliza o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), substituindo a Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) que permite ao Estado possuir um banco de informações acerca do panorama dos agricultores familiares e suas atividades agrícolas.

Os programas de apoio à comercialização e agroindustrialização também são fundamentais para garantir boas condições de vida para os agricultores, não mais dentro da propriedade como o Pronaf, mas fora dela, ou conforme ditados populares: fora da porteira. Dentre as políticas que contribuíram para o fortalecimento e melhores ingressos econômicos para a agricultura familiar destacamos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambas as políticas, atualmente, garantem as compras mínimas de 30% da produção de agricultores familiares, impulsionando e valorizando, também, a produção agrícola de forma sustentável.

Como apoio e canal de comunicação entre Estado e agricultores, está o extensionista rural, como um ator fundamental na consolidação das políticas públicas. Este papel, longe de ser o único papel destes profissionais, não descaracteriza a sua importância frente aos projetos de desenvolvimento rural conduzidos no Brasil desde os anos 1950.

Todos estes elementos, portanto, contribuíram e seguem contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas para a agricultura familiar no país e estão descritas brevemente nesta unidade.

2.1

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

2.1.1 Créditos para Agricultura Familiar: o PRONAF e suas implicações para a Agricultura Familiar

Figura 14 – Ilustração sobre o PRONAF e a Agricultura Familiar.



Fonte: NTE/UFSM

Segundo Neves (2012), o termo agricultura familiar corresponde a múltiplas conotações. Apresenta-se como categoria analítica, segundo significados construídos no campo acadêmico; como categoria de designação politicamente diferenciadora da agricultura patronal e da agricultura camponesa.

Esta categoria analítica se tornou uma categoria reconhecida legalmente, através da lei que a criou em 2006. Segundo a autora citada anteriormente, o decreto Lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996 que criou o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), anteriormente criada (a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), já reconhecia em termos oficiais a categoria de agricultura familiar, e segmentava uma linha de crédito rural específica para ela.

O reconhecimento oficial alberga, em termos institucionais, o papel histórico que a agricultura familiar representou e representa para a agricultura brasileira, principalmente por ser esta categoria que produz a maior parte dos produtos que são destinados direta ou indiretamente para a alimentação. Isto ficou plasmado nos dados do último Censo Agropecuário, onde, produtos como o feijão e a mandioca, produzidos no âmbito da agricultura familiar, representam mais de 70% do total da produção.

Para Neves (2012), agricultura familiar, pode ser assim caracterizada:

Para efeitos de construção de uma definição geral – isto é, capaz de abstratamente referenciar a extensa diversidade de situações históricas e socioeconômicas –, a agricultura familiar correspon-

de a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas (NEVES, 2012 p. 35).

Esta combinação de ser ao mesmo tempo possuidora dos meios de produção e executora das atividades é o que, por muito tempo, foi a forma como se atribuía à unidade de produção a qualificação de familiar. Ou seja, a concepção geral que se tinha da agricultura familiar estava relacionada principalmente ao emprego da força de trabalho oriunda da própria família. A Lei de 2006 considerou não a exclusividade da agricultura familiar no que tange a força de trabalho, mas sim que ela seja predominante. Assim, a partir da lei, é possível que mesmo que a mão de obra que execute as atividades na unidade de produção familiar, seja contratada, esta continua a ser considerada familiar, desde que predomine a da própria família.

No sentido de buscar uma síntese do conceito de agricultura familiar, Neves (2012) tece as seguintes considerações:

Na conquista desse reconhecimento acadêmico, político e jurídico, a agricultura familiar pode, em termos bem gerais ou abstratos, ser consensualmente assim conceituada: modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado (NEVES, 2012 p. 36).

A partir do reconhecimento formal perante a lei da categoria da agricultura familiar, houve uma associação entre este conceito e a abrangência das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar como, por exemplo, o PRONAF. Se no passado a partir do PRONAF houve um reconhecimento institucional por parte do estamento estatal da agricultura familiar, enquanto categoria, atualmente com a lei, a mesma delimita, a partir dela, as dimensões do alcance das políticas típicas da agricultura familiar.

Para Leite (2012) o crédito é importante para o apoio de qualquer atividade produtiva, seja no comércio no setor agropecuário, industrial, de comércio ou de serviços. Para ele, a existência de uma linha de crédito é fundamental para viabilizar as despesas com insumos, mão de obra, assim como investimentos. O autor ainda faz algumas ressalvas em relação ao crédito direcionado ao setor agropecuário:

Aspectos como diferenças entre o tempo de produção e o tempo de trabalho (sendo o primeiro maior do que o segundo na agricultura), maior suscetibilidade aos riscos climáticos (secas, geadas, intempérie, etc.), forte instabilidade de preços, perecibilidade dos produtos, inflexibilidade na escala produtiva após o plantio, calendário agrícola (safra, entressafra, época de plantio, época de colheita etc.) levam o setor agropecuário a demandar instrumentos de políticas relativamente adequados às suas condições produtivas (LEITE, 2012 p. 173).

Assim, a partir do exposto, se pode inferir que o crédito para as atividades agropecuárias, devem levar em conta as condicionantes características deste setor. Dentro do segmento da agropecuária, deve-se ainda considerar as peculiaridades inerentes a agricultura e a pecuária familiar. Como já nos referimos, além do citado por Leite (2012), acrescentaríamos a importância, já referida, da agricultura familiar na produção de alimentos, pois a disponibilidade de crédito para este setor terá como consequência um estímulo para a produção de produtos agropecuários destinados direta ou indiretamente (sendo transformados) à alimentação. Garantindo assim, uma estabilidade na oferta destes produtos.

Para Leite (2012) é possível distinguir dois períodos bem característicos da política implantada no Brasil em 1965, denominada de Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Um compreendido de 1965 até 1985, no qual o crédito se caracterizava por sua relativa expansão sobre si, assim como das condições de repasse aos beneficiários. No segundo período, após 1985, as “facilidades”, de crédito se reduzem. Segundo o autor citado, o crédito rural foi o propulsor da “modernização da agricultura”. O crédito, sobretudo em parte do primeiro período (1965 a 1980), priorizou o financiamento das médias e grandes propriedades, destinando parte substantiva do mesmo aos cultivos para a exportação (*commodities*). Nos anos 1990 houveram modificações na política de crédito rural. Leite (2012, apud HELFAND; REZENDE, 2001), destaca alguns pontos que caracterizavam este período:

- aumento dos recursos obrigatórios na composição do crédito;
- uma elevação no montante de recursos ofertados;
- criação de títulos privados de financiamento;
- o surgimento de linhas diferenciadas de crédito que atendiam segmentos do meio rural, historicamente excluídos do programa de crédito rural;
- crescimento do endividamento.

Foi a partir das mudanças no segundo período do crédito rural, que foram criadas linhas de crédito para o segmento da agricultura familiar. Leite (2012), destaca duas linhas:

- Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA);
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PROCERA era uma linha de crédito para o custeio e o financiamento de atividades produtivas em assentamentos de reforma agrária. Essa linha de crédito persistiu até o ano de 1999, quando foi extinta e substituída pelo PRONAF “A”. O PRONAF foi criado em agosto de 1995, conforme resolução 2191 do Banco Central do Brasil. Segundo Leite (2012), a destinação deste tipo de crédito era: “o agricultor familiar não vinculando o crédito a um produto específico ou a produção, que tivessem 80% da renda advinda do meio rural e com o limite de tamanho de propriedade, de até 4 módulos fiscais.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

O acesso ao Programa inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como a Emater, para realizar o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE).

O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado anualmente (Quadro 4).

Quadro 4 – linhas de crédito do Pronaf – 2018

As linhas de crédito do Pronaf disponíveis no ano de 2018 são:

• **Pronaf Custeio**

Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.

• **Pronaf Mais Alimentos – Investimento**

Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

• **Pronaf Agroindústria**

Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

• **Pronaf Agroecologia**

Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

• **Pronaf Eco**

Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permi-

tam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

- **Pronaf Floresta**

Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

- **Pronaf Semiárido**

Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

- **Pronaf Mulher**

Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.

- **Pronaf Jovem**

Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.

- **Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares**

Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

- **Pronaf Cota-Parte**

Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

- **Microcrédito Rural**

Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Fonte: Adaptado de MDA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-credito-rural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em: 21/03/2019.

2.1.2 A regulamentação da Agricultura Familiar

A Lei nº 11.326 de 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, como vimos anteriormente, é considerada o marco legal para esta categoria social no Brasil. Mas, como o Estado brasileiro regulamenta as políticas públicas? Neste subitem vamos estudar o Decreto nº 9.064/2017, que trata do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e que regulamenta a referida Lei nº 11.326, de 2006.

A regulamentação define, de forma objetiva, o público beneficiário da política nacional da agricultura familiar e qualifica os empreendimentos familiares rurais. Além disso, o novo decreto institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que permite avançar na identificação dos agricultores familiares que acessam as políticas públicas da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead). A criação deste cadastro propõe-se a ser um instrumento mais adequado para atender a diversidade de políticas públicas e atividades da agricultura familiar, já que esta apresenta-se em uma multiplicidade de formas.

A criação do CAF permite dimensionar o público da agricultura familiar, compreendendo em detalhes sua condição e necessidade para melhorar a eficiência da execução das políticas públicas. Atualmente, na ausência do cadastro, tais políticas se apoiam na Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), criada por meio de resolução do Banco Central do Brasil, com a finalidade específica de garantir acesso à política de crédito rural de amparo ao Pronaf.

A DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da Agricultura Familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, como as organizações, associações e cooperativas. Todas as UFPAs dos agricultores familiares podem ser beneficiados da DAP, tais como os pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Esta UFPA será identificada por apenas uma DAP, desde que atenda os requisitos da Lei nº 11.326, de 2006: área do estabelecimento, o uso da força de trabalho, sobre os membros da família, a obtenção da renda, a gestão da Unidade Produtiva e os fatores da produção, o decreto identifica os Empreendimentos Familiares Rurais, não explicitada na lei 11.326/2006, como “empresa familiar rural”, “cooperativa singular da agricultura familiar”, “cooperativa central da agricultura familiar” e “associação da agricultura familiar”.

Na identificação do CAF, além dos requisitos obrigatórios das UFPAs para enquadrá-los como agricultores familiares, tais como a Atualmente, a Sead é responsável pela transição da DAP para o CAF e neste período é importante que não haja interrupção do acesso às políticas públicas, para que o agricultor não seja o prejudicado. Atualmente, mais de 4.350.000 agricultores familiares têm DAP Familiar e mais de 5.400 associações e cooperativas têm DAP Pessoa Jurídica (SEAD, 2018).

2.1.3 As Políticas de Comercialização e o apoio à Agricultura Familiar

Antes mesmo da lei, “oficialmente” reconhecer a agricultura familiar em 2006, houveram políticas específicas para a aquisição de alimentos, com o intuito de, junto a outras políticas como o PRONAF, fortalecer a agricultura familiar. Um primeiro programa, denominado de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado em 02 de Julho de 2003, através da Lei nº 10.696. Ele estava vinculado ao programa criado pelo governo, denominado de “FOME ZERO”. Antes deste programa se pode destacar que, segundo Hespanhol (2013), houveram iniciativas, as quais, serviram de referenciais para o mencionado programa. Entre estas iniciativas estava a realizada pelo sociólogo, Herbert de Souza (figura 15), no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, denominada de “campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. Esta campanha tinha como objetivo conscientizar a sociedade brasileira para o problema da fome, chamando a atenção para a necessidade de criação de políticas por parte do Estado para enfrentar este inadmissível flagelo nacional, a época.

Figura 15 – Herbert de Souza, Betinho.



Fonte: NTE/UFSM

Para Hespanhol (2013), o programa “Fome Zero”, implementado no primeiro mandato de Lula (2003 a 2006), foi o precursor e inspirador das políticas de segurança alimentar criados posteriormente no Brasil. Este programa era relativamente complexo, pois articulava várias ações conforme pode ser visualizado na figura 16.

Figura 16 – Eixos, programas e ações do Programa Fome Zero.

EIXOS, PROGRAMAS E AÇÕES

1. ACESSO AOS ALIMENTOS

- Renda: Bolsa Família
- Programas de Alimentação:
 - Alimentação escolar (PNAE)
 - Distribuição de Vitamina A e de Ferro
 - Alimentos aos grupos populacionais específicos
 - Educação alimentar e nutricional
 - SISVAN
 - PAT
- Redes de SAN locais e regionais: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, feiras, agricultura urbana e bancos de alimentos
- Água: cisternas

2. FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

- Financiamento da Agricultura Familiar RONA F:
 - Seguro Agrícola e Seguro Safra
- Programa de aquisição de alimentos (PAA)



3. GERAÇÃO DE RENDA

- Qualificação social e profissional: próximo passo Bolsa Família
- Economia Solidária e inclusão produtiva
- Microcrédito produtivo orientado
- Arranjos regionais de SAN: CONSADS, território da cidadania.

4. ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

- Centros de Referências em Assistência Social (CRAS) e Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF)
- Conselhos e comitês de controle social
- Educação cidadã e mobilização social
- Doações
- Parcerias com empresas e entidades

Fonte: Adaptado de SILVA; DEL GROSSI; FRANÇA, 2010.

A lei original de 2003, que criou o PAA, sofreu modificações e atualmente o decreto nº 7775 (de 4 de Julho de 2012) estabelece as diretrizes deste programa. O programa possuía dois grandes eixos norteadores: um primeiro que era possibilitar a população o acesso à alimentação, e outro que é o apoio e o fortalecimento da agricultura familiar. O PAA, no aspecto do acesso da população à alimentação, a finalidade era atender as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O programa, é operacionalizado pelos estados e municípios em articulação com o governo federal, através do Ministério Social e de Combate à Fome (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A compra de alimentos pelo Estado, ficou denominada como “compras institucionais”, e em consonância com outras políticas governamentais, entre 2003 a 2016, compreendiam que o combate sistemático à fome e o apoio à agricultura familiar, eram ações complementares e que poderiam ajudar o Brasil a superar o

período em que o direito à alimentação não se materializava em políticas públicas. De forma sintética, a seguinte citação resume os objetivos desta forma de aquisição de alimentos:

A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. Estas formas alternativas incluem a criação das cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima a relação entre produtores e consumidores, fortalece as relações sociais, valoriza a diversidade produtiva e atende às necessidades das instituições públicas, possibilitando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional (FNDE, 2015, p. 5)

Em 2009, houve uma outra ação governamental de apoio à agricultura familiar, quando foi realizada uma aproximação entre a produção de alimentos pela agricultura familiar e a alimentação escolar. Era intuito, à época (2009), garantir uma alimentação sadia e de qualidade aos educandos. Pelo já comentado anteriormente, a maior parte de produção de alimentos é proveniente da agricultura familiar, assim, buscou-se garantir em termos oficiais (através da lei), que a compra dos alimentos fosse efetivamente da agricultura familiar, e assim a lei fixou em 30%, no mínimo, do valor repassado aos estados, Distrito Federal, e aos municípios ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fossem empregados “obrigatoriamente” em compras de alimentos advindos da agricultura familiar. Essa aproximação da agricultura familiar com o fornecimento de gêneros alimentícios na merenda escolar, pode ser melhor explicitado observado um recorte da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.



INTERATIVIDADE: leia na íntegra a Lei 11947 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm

Quadro 5 – Lei 11.947, de 16 de junho de 2009

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do pnae, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

Fonte: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm



INTERATIVIDADE: leia na íntegra a Lei 11947 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm

O PAA e o PNAE, na visão de Hespanhol (2013), possuem relevância em termos econômicos e sociais aos agricultores familiares, e significam um apoio extremamente importante ao conjunto da agricultura familiar no país, porém, ressalta a autora mencionada, que os referidos programas são insuficientes para atender plenamente a todos os agricultores familiares, visto que pequena parcela da categoria de agricultores familiares não consegue participar dos aludidos programas. Em relação aos PAA, os principais problemas estão relacionados às barreiras burocráticas, para os agricultores familiares e suas organizações coletivas obter, num primeiro momento, a Declaração de Aptidão (DAP), e atualmente o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Também, a autora destaca: a falta de articulação do PRONAF e o PAA e a assistência técnica – a pequena produção, entre outros. Já do PNAE, destaca, que as dificuldades são maiores, visto que envolvem repasse do governo federal às prefeituras, e há a necessidade de complementação do repasse do FNDE, para que estas possam garantir a alimentação escolar. Também é ressaltado a dificuldade dos agricultores em manterem regularidade nas entregas e no volume, dada a sazonalidade da produção agropecuária.

O PNAE e o PAA assumem uma importância não apenas para o fortalecimento da Agricultura Familiar, e também para as instituições de ensino. Em especial o PNAE, tem contribuído para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudável, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. (quadro 17)

Figura 17 – Imagem da importância do PNAE na alimentação escolar.



Fonte: FNDE, 2015, p. 4-5

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo Pnae, em especial no que tange:

- **ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;**
- **ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.**

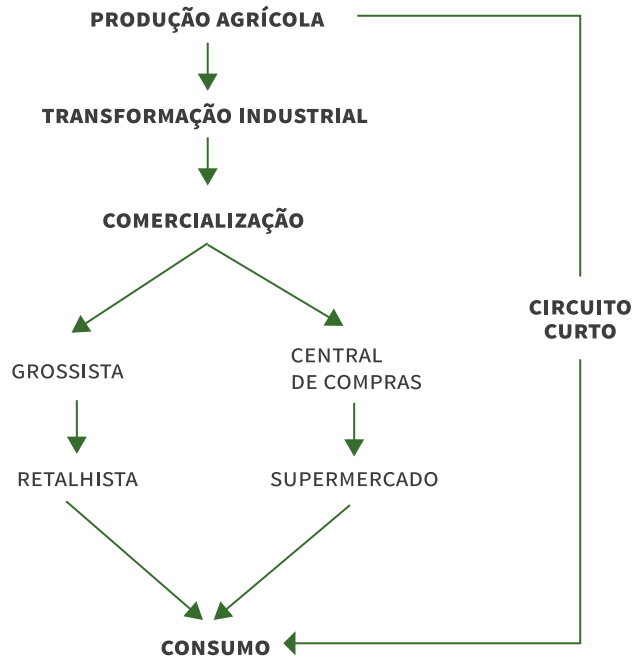
Este encontro – da alimentação escolar com a agricultura familiar – tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil.

Fonte: Adaptado de FNDE, 2015, p. 4-5

Em especial para as escolas do campo, o PNAE adquire novos sentidos. Além de assegurar uma alimentação equilibrada e saudável para os estudantes, também permite que se estreitem os laços entre os agricultores e a comunidade escolar. Em razão da disposição do artigo 14 da Lei 11.947, que requer que no mínimo 30% das compras seja do agricultor familiar, priorizando aqueles que estão situados mais próximos do consumidor, é possível que a produção agrícola seja adquirida das famílias dos estudantes. Quando isso ocorre, há uma identificação e uma ressignificação destes alimentos, e uma aproximação da “comida da escola”, da “merenda” com a “comida de casa”.

Além das formas de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar apresentados, há, uma forma que é indubitavelmente, o modo mais antigo de venda da produção agropecuária familiar, que é quando o agricultor ou agricultora familiar vende seu produto diretamente ao consumidor. Este processo foi denominado por distintos autores de circuitos curtos de comercialização. Fraçois (2000 apud RAMBO; DENZ, 2017) apresenta uma proposta sistematizada que aponta as diferenças entre os circuitos curtos e os circuitos tradicionais de comercialização, conforme pode ser observado na figura 18.

Figura 18 – Definição de circuitos curtos



Fonte: Adaptado de Rambo e Denz, 2017.

Este espaço de encontro entre o produtor (agricultor familiar) e consumidor foi denominado de “feiras”. Elas possuem as mais diversas formas de organização e de gerenciamento. Desde as informais organizadas pelos próprios agricultores até as organizadas por instituições, normalmente, vinculadas às distintas esferas de poderes públicos. Normalmente elas são organizadas em nível de município, porém podem ser organizadas pela esfera pública estadual ou federal. Esta aproximação do agricultor/consumidor se dá em espaços informais como as ruas e praças dos municípios com em espaços construídos especialmente para isso (Figura 19).

Figura 19 – Exemplos de circuitos curtos de comercialização – feiras. À esquerda, a Polifeira na UFSC e a direita, a Feira Ecológica no Bairro Tristeza em Porto Alegre.



Fonte: Polifeira do Agricultor, UFSC. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2018/03/28/polifeira-do-agricultor-seleciona-novos-feirantes/>>

2.1.4 A Política de Agregação de Valor na Agricultura Familiar

O processo de transformar alimentos *in natura* em produtos diferenciados e com valor agregado é chamado de agroindustrialização. A agroindustrialização de alimentos se apresenta como uma alternativa de melhoria de vida na agricultura familiar, transformando alimentos e produtos e acrescentando valor a estas matérias primas. Esta é uma estratégia que muitos agricultores familiares adotam para obter maiores ingressos econômicos, sendo, na maioria das vezes, uma atividade complementar na propriedade. São exemplos do acréscimo de valor aos produtos agrícolas a produção de compotas de frutas, de conserva de hortaliças, embutidos, queijo, pães, sucos, entre outros.

Os agricultores que optam pela agroindustrialização dos produtos agrícolas, além de receber um maior lucro logo após o processamento, também podem armazenar os produtos para comercializar por um período maior. Ademais, podem ser comercializados em distâncias maiores e em outros locais, como entrepostos, supermercados, lojas especializadas, entre outros.

Em meio a esse contexto de avanço da agroindustrialização em propriedades de produção familiar, vem, também, ganhando espaço, o processamento de produtos orgânicos. Para este setor, o processamento de alimentos é fundamental para garantir maiores ingressos econômicos e atender ao mercado consumidor do campo e da cidade. Cabe ressaltar que o número de agricultores ecologistas e orgânicos vêm aumentando, bem como o mercado consumidor para estes produtos.

Para os produtores que desejam seguir por esse caminho, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar disponibiliza, além do Mais Alimentos, duas linhas de crédito específicas para essa produção: o Pronaf Agroindústria e o Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares. Além disso, na última década houve um maior apoio do Estado, em termos de promoção das agroindústrias, infraestruturas, os aprimoramentos nos instrumentos de fiscalização da sanidade agropecuária (Sistema de Inspeção Municipal, Estadual e Federal), a criação de selos de diferenciação (Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar, Selo Quilombos do Brasil, Indicações Geográficas) e a ampliação dos mecanismos de certificação, com destaque para a certificação orgânica, também viabilizada por meio de sistemas participativos de garantia (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

2.1.5 As Políticas de Apoio à Agricultura Familiar – Política de ATER

Ao se fazer referência à sigla Ater, em realidade, estamos nos referindo de forma genérica aos serviços de assistência técnica e extensão rural. No Brasil, se tem como referência um processo que começou nos Estados Unidos da América (EUA), de onde nos apropriamos da expressão extensão rural. Ela está originariamente vinculada à etimologia da palavra propriamente dita, isto é, estender conhecimentos

de uma pessoa a outra ou a outras. Nos EUA, segundo Moraes (2013), o governo estadunidense, encampou experiências que eram desenvolvidas pelos agricultores em conjunto com colégios agrícolas, Universidades, e pastores protestantes. No dizer da autora citada:

“Tais iniciativas envolviam trocas de experiências entre os agricultores e palestras técnicas com os professores dos *colleges*. Ao institucionalizar este processo, foi criado o sistema de extensão rural, sendo que a mediação entre os agricultores e os centros geradores dos conhecimentos (Universidades, Colégios Agrícolas e Centros de Pesquisas) foi substituída pelas agências de extensão rural, que passaram a ser constituídas para este objetivo”. (MORAES, 2013)

Assim surgiu, nos EUA o serviço de extensão rural, reconhecido oficialmente, passando a se constituir em um serviço emanado do Estado. Esse processo é considerado a inspiração de serviços de extensão rural, que passaram a ser disseminados em vários países do mundo. Foi o modelo que impulsionou um serviço criado a sua semelhança no Brasil, no final dos 1940. Neste período pós-segunda guerra mundial (1939-1945), houve uma forte expansão de uma concepção de um modelo de desenvolvimento que tinha com o centro irradiador os EUA. Estávamos iniciando neste período, um processo histórico denominado “guerra-fria”, que era a disputa territorial em escala mundial de dois grandes países, os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Assim o mundo foi seccionado em dois grandes polos, onde os EUA e a URSS, respectivamente, os representavam.

O Brasil a partir do segundo grande embate bélico mundial, passou a estabelecer relações mais próximas, com os EUA, sendo até hoje um grande parceiro comercial deste. O Brasil, no final dos anos 1940, era um país ainda extremamente rural, e uma categoria social que ainda não era reconhecida como “agricultor(a) familiar”, que foi pouco ou nada assistida por políticas públicas. Eram então, estigmatizadas pela sociedade, sobretudo, as oligarquias rurais. Assim esse segmento, à semelhança dos EUA, necessitava, de Educação e Crédito para saírem da situação de pobreza e marginalidade e se incluírem no modelo de desenvolvimento apregoado da época. A imagem do agricultor com pouca terra, ou posseiro, foi retratado na literatura pelo personagem “Jeca Tatu”, de Monteiro Lobato (Figura 20). Inúmeras alusões foram feitas ao personagem, como o estereótipo de agricultor pobre, e inevitavelmente se associou a este personagem, do imaginário da literatura, a figura de agricultor atrasado.

Figura 20 – Personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato.



Fonte: Fonte: Jeca Tatu, o mal da terra. Disponível em: <<http://www.ibamendes.com/2011/06/jeca-tatu-o-mal-da-terra.html>>

O serviço de ATER foi criado no Brasil em 1948 e iniciou as atividades no ano de 1949. Segundo Fonseca (1985), ele surgiu de forma pioneira no estado brasileiro de Minas Gerais, durante o governo de Juscelino Kubistchek. Em terras brasileiras houve a replicação do modelo de serviço de extensão rural iniciado, como descrito, nos EUA. Inicialmente o serviço intitulado de Associação de Assistência Técnica e Crédito (ACAR), foi concebido com as mesmas finalidades em que fora criado nos EUA, ou seja, uma combinação de Educação com crédito rural. Assim, ao serviço de Extensão Rural, foi associada a ideia de que ele estava alicerçado em um processo informal de Educação, ou seja, o processo ocorria no contato dos técnicos rurais, denominados nesta época de “agentes de extensão”, junto aos agricultores. Esse processo de “Educação Informal” ficou caracterizado como modelo clássico de extensão rural, no qual a informação técnica era transmitida dos centros geradores, Centros de Pesquisas Agropecuárias e Universidades, às populações rurais (Figura 21). Esses conhecimentos técnicos eram considerados imprescindíveis para que os agricultores superassem sua situação, tanto em termos técnicos, na produção agropecuária, como em outras áreas como a nutrição e a administração da propriedade. Este serviço foi financiado por Instituições estrangeiras Norte-Americanas, algumas delas Filantrópicas, onde se destacavam algumas ligadas à família Rockefeller, milionário norte-americano que foi conselheiro de vários presidentes dos EUA.

Figura 21 – À esquerda, reunião em escola da década de 60 e à direita, visita da extensionista em Economia Doméstica



Fonte: Emater Paraná. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>>. Acesso em: 21/03/2019

A partir da criação da ACAR em Minas Gerais, houve uma rápida expansão do serviço pelos estados brasileiros, passando a se constituir em efetivamente um serviço de ATER em nível nacional. Foi fruto desta expansão que foi criada em meados dos anos 1950, no estado do Rio Grande do Sul, a “Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural” (ASCAR). Essa expansão do serviço coincidiu com estar ocupando a Presidência da República no Brasil, Juscelino Kubistchek de Oliveira, governo que ficou denominado JK, que tinha com premissa o desenvolvimento e sua meta era desenvolver o Brasil 50 anos em 5. JK era governador em Minas Gerais, por ocasião da criação da ACAR pioneira no Brasil. Em consequência desta expansão foi criada uma agência que fizesse a coordenação do serviço em nível nacional, assim foi criada em 1956 a Associação Brasileira de Assistência Rural (ABCAR) (FONSECA, 1985).

Esse modelo clássico de extensão rural perdurou como o modelo de orientação aos agentes de extensão rural até meados dos anos 1960. A partir deste período, após avaliação da evolução do serviço iniciado no final dos anos 1940, houve algumas mudanças significativas na forma como o serviço deveria ser executado. Essa associação de Educação e Crédito, e que financiava as distintas atividades na propriedade rural, se modificou. Foi neste período, anos 1960, que o denominado modelo clássico de extensão rural foi substituído pelo modelo difusionista. Esse modelo foi originalmente desenvolvido por Everett Rogers, professor Universitário norte-americano, que o estruturou e o divulgou mundialmente, e ficou conhecido como modelo difusionista-inovador, sendo adaptado em distintos países, foi um modelo especialmente utilizado na extensão rural da América Latina. A ênfase do modelo era a utilização dos meios e as formas de comunicação para persuadir (convencer) o agricultor a utilizar a tecnologia moderna.

Distinto do modelo anterior (clássico), o crédito era utilizado para a propriedade como um todo, o serviço de extensão rural, inspirado no difusionismo, direcionava o financiamento de produtos dentro da propriedade rural. Este modelo perdurou como orientador das ações da extensão rural pública do Brasil até meados dos anos de 1980. O serviço de ATER, junto à pesquisa e ao Crédito Rural, formaram um tripé importante para promover a “modernização da agricultura brasileira”. Para dinamizar este processo de “modernização”, instituições e órgãos de extensão rural e pesquisa agropecuária foram reestruturados.

O sistema de pesquisa agropecuária brasileira passou a ter uma nova forma de geração da tecnologia com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Foram criados centros nacionais de pesquisa agropecuária voltada para a geração de tecnologias de determinados produtos agropecuários, as quais seriam adotadas pelos agricultores. Para dar uma maior funcionalidade, o sistema de extensão rural, foi incorporado ao Estado brasileiro com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). A EMBRATER coordenava o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e atuava em consonância com as empresas estaduais de extensão rural, denominadas de EMATER. Esse sistema possuía um triplo financiamento: em nível Federal, Estadual e Municipal.

A partir do ocaso dos governos militares de 1964 e a emergência da “Nova República” em 1985, como em outros setores da sociedade brasileira, houve uma avaliação da atuação do serviço de ATER no Brasil. Após reflexões em um processo

denominado o “Repensar da Extensão Rural”, havia uma compressão de que o modelo difusionista de extensão rural já não era mais adequado para a nova realidade que o Brasil estava começando a vivenciar (CAPORAL; COSTABEBER, 1994). Assim, valores como a democracia e a participação eram considerados indispensáveis em um novo modelo de **extensão rural**.



SAIBA MAIS: para maiores detalhes ver artigo: Por uma nova Extensão Rural: fugindo da obsolescência de Caporal e Costabeber de 1994

De 1985 até 1990, o serviço de Ater público no Brasil, buscou estruturar um novo modelo de extensão rural. Em 1990, houve a partir do governo Collor de Mello (1990-1992), uma descontinuidade nesta busca de um novo modelo, pois, houve a desestruturação do então serviço público de ATER no Brasil. A EMBRATER foi extinta. Assim cada estado brasileiro passou a gerir o seu próprio sistema público de ATER. A partir de 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), houveram ações na tentativa de uma articulação com estados, para a proposição de um serviço público de ATER em nível Nacional. Essas ações e reflexões no MDA, junto com discussões em nível nacional sobre o assunto, culminaram com o surgimento em 2010 de uma lei que faz novamente que o Brasil tenha uma ATER em nível nacional: a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

No Rio Grande do Sul, a assistência técnica e extensão rural é realizada majoritariamente pela Emater/RS-Ascar, mas não apenas. Algumas organizações não-governamentais como o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), a Cooperativa Central dos Assentamentos do RS Ltda (COCEARGS), entre outras, realizam esta função em alguns municípios do estado. Já a Emater/RS-Ascar, que é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, apesar de ser recebedora de recursos públicos para a realização de ações públicas e gratuitas. A Instituição atende às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, um contingente superior a 250 mil famílias de assistidos com áreas em mais de 480 municípios. Destes municípios estima-se que a Emater atue em 9.550 comunidades rurais dessas localidades (como referência o ano de 2018), em convênios com as Prefeituras, visando promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Sul.

2.1.6 Breve histórico acerca das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil

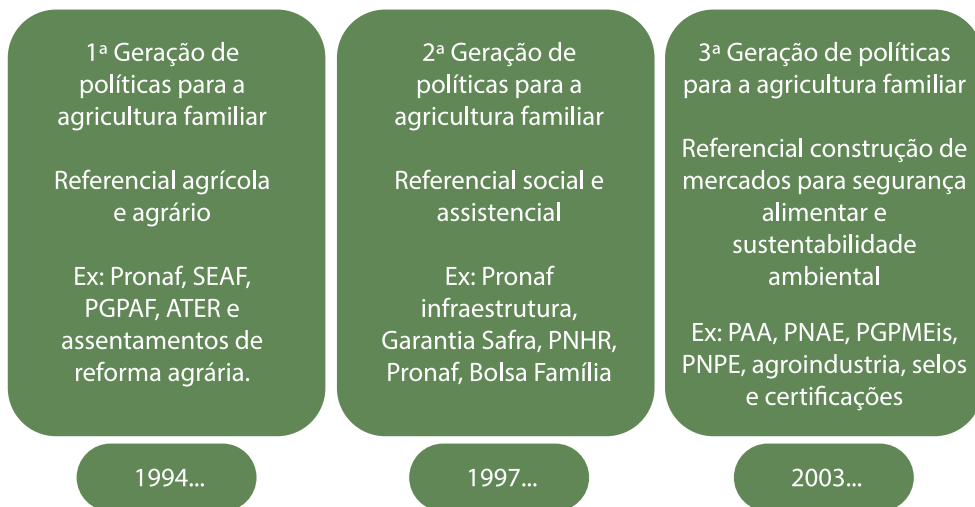
Conforme vimos anteriormente, as últimas três décadas marcaram transformações importantes no que tange o contexto das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Até a redemocratização, mais especificamente a aprovação da constituição de 1988, não havia uma atenção especial para este grupo social, em

termos de políticas públicas específicas. A partir deste período as iniciativas do Estado, para apoiar a Agricultura Familiar, ganham repercussões no cenário nacional e internacional.

Para Grisa e Schneider (2015) foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995, que desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural. Ademais, para gerir e institucionalizar tais políticas foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001. Mas foi em 2006, a partir da Lei da Agricultura Familiar que a categoria foi reconhecida e definida conceitualmente, passando a ser a referência para as políticas públicas para este grupo social.

O artigo “Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil” de Catia Grisa e Sérgio Schneider (2015) e o artigo “Desenvolvimento rural no Brasil: superando desigualdades e construindo novos mercados” (cujo título original é *Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets*) de Schneider, Shiki e Belik (2010) traz uma definição temporal interessante para compreender os marcos e as orientações das políticas públicas nas últimas décadas. Para eles, os avanços em termos de política pública para a Agricultura Familiar podem ser identificadas em três grupos, que os autores chamam de gerações, conforme pode ser observado na figura 22.

Figura 22 – Representação das três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar.



Fonte: Adaptado de Grisa e Schneider (2015).

A primeira geração de políticas públicas emergia de um contexto de lutas pela questão agrária, a partir da década de 1990, de intensa atuação do MST, a partir dos conflitos agrários tais como o Massacre de Eldorado do Carajás no Pará em 1996. A mobilização de diversos atores sociais deste período permitiu a emergência de políticas basicamente agrícolas, tais como o crédito rural, seguro de produção, de preços e de um enfoque para a questão agrária, num impulso da política de assentamento da reforma agrária. Estas políticas continuam vigentes atualmente e são constantemente aperfeiçoadas.

O que os autores (SCHNEIDER; SHIKI; BELIK, 2010) denominam de segunda geração de políticas públicas para a agricultura familiar, está voltada para questões sociais e assistenciais e iniciam entre os anos de 1997-98. Elas tiveram início no governo FHC, com o Programa Comunidade Solidária, e se consolida no governo Lula através do Programa Fome Zero, no qual o Programa Bolsa Família é um dos destaques. Ambas assumem um enfoque em ações do Estado relacionadas com a questão alimentar, a miséria, pobreza e a inequidade. Em decorrência das lutas das organizações dos agricultores familiares, o Pronaf, neste período, adquire linhas direcionadas aos agricultores mais descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social, a exemplo da criação do “pronafinho”.

Neste período são criadas modalidades de ações de transferência de renda, tais como o Bolsa alimentação, bolsa família, entre outras. Também é criado, em 2003, o Programa de Habitação Rural (PNHR) que garantiu subsídios financeiros para a aquisição de materiais para a construção ou conclusão/reforma/ampliação de unidades habitacionais de agricultores familiares e trabalhadores que atendam aos critérios estabelecidos pelo PRONAF. Muitos pesquisadores defendem que estas políticas foram responsáveis pela redução da pobreza e da desigualdade no meio rural, sobretudo nas regiões rurais mais pobres do Brasil.

Por fim, a terceira geração de políticas públicas está sustentada na construção de novos mercados com foco na segurança alimentar e na sustentabilidade. O PAA desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar, fortalecida em 2009 com a mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação da Lei no 11.947, que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam destinados para a aquisição de alimentos da categoria social (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Estas ações apoiaram e fortaleceram, de certa forma, a produção ecológica e orgânica de alimentos, bem como as ações de fomento à agroindustrialização.

Este conjunto de políticas públicas específicas para o público da agricultura familiar no Brasil é um fenômeno relativamente novo, e são constantemente objeto de estudo dos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, sobretudo àquelas relacionadas com o desenvolvimento rural. Além disso, estão em construção permanente podendo ser redefinidas, acrescidas ou excluídas do conjunto de ações dos governos. Não há dúvidas, portanto, que elas contribuíram e seguem contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar no país.

ATIVIDADES – Unidade 2

1) Quais os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar para as instituições de ensino no Brasil? Em especial para as escolas do campo, qual a importância que se pode destacar?

2) A partir da caracterização da categoria de agricultores familiares e outras interpretações de agriculturas camponesas, qual a relação se estabelece entre a educação do campo e estes conceitos?

3) Correlacione as colunas.

- a) PAA
- b) PRONAF
- c) Campesinato
- d) PNAE
- e) CAF

() Pode ser compreendido como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor.

() Foi criado para ser um instrumento mais adequado para atender a diversidade de políticas públicas e atividades da agricultura familiar. Pretende substituir a DAF.

() financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, constituindo-se como uma importante fonte de créditos agrícolas.

() Programa em que parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

() oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

4) Comente a charge apresentada abaixo, relacionando com a discussão acerca das políticas públicas para a Agricultura Familiar.

Figura 23 – Charge



Fonte: Bioenergy Solutions. Disponível em: <<https://lojavirtual.bioenergysolutions.com.br/energia-solar-ja-dobrou-gracas-ao-pronaf/>>

5) Relate as principais diferenças entre o Programa de aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

3

AS INTERFACES ENTRE
AGRICULTURA FAMILIAR
E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Nesta unidade, trabalharemos sobre o conceito de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e como esses são utilizados no meio rural. Nas primeiras subunidades, veremos como esses conceitos surgiram após um longo processo de desenvolvimento, focando apenas nos aspectos econômicos, fazendo surgir, a partir da década de 1970, uma crise ambiental que levou grande parte da sociedade a repensar os padrões de consumo e utilização dos recursos naturais, o que evidenciou a ineficiência do modelo utilizado até então. Além disso, abordaremos a importância das dimensões da sustentabilidade, sendo que as mais evidenciadas são a ambiental, social e econômica, bem como sua interdependência. Em seguida, nas próximas subunidades, tomaremos conhecimento de como podemos contribuir para o desenvolvimento sustentável no campo, quais são os princípios e técnicas que possibilitam esse processo, quais as diferenças dessas com os sistemas convencionais de cultivos e o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento da agricultura sustentável.

O intuito principal desta unidade é que vocês, estimados alunos, percebam as dicotomias que envolvem a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, e que através dessa análise, percebam quais reflexões se aproximam dos princípios norteadores da agricultura familiar e da Agroecologia. Desta forma, será possível identificar como a educação do campo e a Agroecologia podem contribuir para que possamos melhorar os níveis de sustentabilidade no meio rural através de ações que possibilitem uma relação harmônica entre meio ambiente, sociedade e economia, desvincilhando-se dos modelos de desenvolvimento pautados apenas nos aspectos econômicos dos agroecossistemas, os quais ocasionaram graves consequências de ordem social e ambiental.

3.1

SUSTENTABILIDADE

Já mencionamos anteriormente que a sustentabilidade é um termo que provoca várias inquietações na sociedade atual, além de ser dinâmico, ele comumente aparece em discursos com diferentes intuitos. Por isso, é necessário descobrir o seu surgimento, bem como a sua importância e diferentes interpretações. Assim, será possível verificar a sua intencionalidade em diferentes situações. Por isso, considerando a importância desse tema para a sociedade atual, esperamos que vocês tenham através da leitura dessa unidade os subsídios necessários para compreender o desenvolvimento sustentável, bem como sua importância para a sociedade atual, sobretudo para as populações que residem no meio rural.

3.1.1 Sobre a origem do termo “sustentabilidade”

Comumente encontramos o termo “sustentabilidade” expressando diferentes situações. Esse é amplamente empregado ao abordar questões como a poluição, a degradação ambiental, a renda da população, a produtividade, as condições de vida, entre outros. Esses temas são de preocupação de grande parcela da sociedade, sendo que, se envolvem na busca pela redução dos danos causados ao planeta através da ação antrópica. Por isso, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são temas amplamente discutidos no meio acadêmico, apresentando-se como uma alternativa aos problemas impostos pela modernidade.

De acordo com Boff (2012), a origem do conceito de “sustentabilidade” é datada de 1560, na Província da Saxônia, Alemanha, quando a sociedade passou a se preocupar com a forma como vinha ocorrendo a exploração dos recursos naturais. Neste período, os sujeitos passaram a perceber as florestas como um bem finito, atentando-se para as formas de manejo que não abalasses as suas estruturas, permitindo assim a sua regeneração. Já em 1713, difundiu-se o uso sustentável da madeira, a qual era matéria-prima para a atividades extrativista.

Porém, a incorporação da sustentabilidade nos centros dos debates acerca das condições sociais, econômicas e ambientais da sociedade e do meio em que essa vive passa a ganhar força a partir de 1970, quando os sujeitos começam a perceber os danos causados pelas políticas de desenvolvimento pautadas apenas no crescimento econômico, o que possibilitou a destruição de muitos recursos naturais e o crescimento das desigualdades socioeconômicas.

3.1.2 O conceito de sustentabilidade

A definição do termo “sustentabilidade” é algo que requer muita atenção, visto a multiplicidade de intenções e discursos que permeiam a sua existência. Por isso, não existe um consenso para o seu significado (DEPONTI et al., 2002). A multipli-

cidade de conceitos compõe duas vertentes de pensamento, que de acordo com Caporal e Costabeber (2004) podem ser denominadas de ecotecnocrática e ecossocial. A corrente ecotecnocrática tem suas origens pautadas na percepção de que o crescimento econômico deve ser continuado, e, por isso, busca a manutenção do equilíbrio entre crescimento, meio ambiente e sociedade através da utilização de estratégias econômicas e tecnologias. Já a corrente ecossocial, consiste na valorização dos ecossistemas locais e dos sujeitos, buscando, sobretudo o respeito às futuras e presentes gerações.

Van Bellen (2004) destaca que a sustentabilidade almeja por um padrão de vida da sociedade que respeite os limites impostos pelo meio ambiente, vivendo de forma que não suprima com todos os recursos disponíveis. Assim, há a necessidade de que a população multiplique as práticas sociais que proporcionem a análise sobre o ambiente de forma integradora. Desta forma, a ideia de sustentabilidade requer uma relação entre fatores como qualidade de vida, meio ambiente, e economia.

Para Gadotti (2008, p. 75 - 76), a sustentabilidade é “o sonho de bem viver. Sustentabilidade é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes”. Segundo o autor, a sustentabilidade é maior que o desenvolvimento sustentável, pois “enquanto o modelo de desenvolvimento dominante hoje no planeta aponta para a insustentabilidade planetária, o conceito de desenvolvimento sustentável aponta para a sustentabilidade planetária”. Assim, a importância desse conceito está justamente no desafio de alterar a rota, buscando a sustentabilidade por uma outra forma de organização socioeconômica.

Tentando elencar os aspectos mais importantes sobre a sustentabilidade frente à diversidade de conceitos, Deponti et al. (2002), destacam a relevância de ter como princípio norteador da sustentabilidade a conservação dos recursos naturais, a manutenção dos sistemas através do tempo e a sustentação das necessidades presentes e futuras, mesmo estas sendo complexas e diversas. Desta forma, fica evidenciado que a sustentabilidade é complexa, que perpassa por diferentes dimensões e tem como sentido fundamental a necessidade de garantir às futuras gerações as condições necessárias para a sua sobrevivência através da manutenção dos aspectos ambientais e da qualidade de vida da população.

Portanto, relevante se faz que cada sujeito faça sua parte para contribuir com a sustentabilidade do planeta, não importando a proporção de suas ações. Refletindo a respeito desse aspecto, muitas iniciativas foram criadas para proporcionar a reflexão social acerca da temática, evidenciando que essa problemática perpassa tanto pelas grandes como pequenas ações. Em meio a isso, foi elaborada a “ecological footprint”, ou pegada ecológica (figura 24). Que consiste em um teste para verificar a quantidade de recursos naturais que são necessários para sustentar o seu padrão de vida atual. O intuito é levar a reflexão quanto a disponibilidade e consumo desses recursos e sua disponibilidade para as futuras gerações.

Figura 24 – Pegada Ecológica



Fonte: Natureza Brasileira. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/perguntas_respostas/>



SAIBA MAIS: quer saber quanto recurso natural é necessário para garantir o seu estilo de vida? Faça o teste da Pegada Ecológica, disponível no link: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/perguntas_respostas/

3.1.3 O desenvolvimento sustentável

Assim como ocorre uma ampla discussão acerca da definição de sustentabilidade, o termo “desenvolvimento sustentável” também é arraigado de percepções e finalidades. Passando a ser discutido a nível nacional e internacional a partir dos anos 1970, quando parte da sociedade começa a refletir sobre as consequências dos modelos de desenvolvimentos pautados no crescimento econômico e no uso desenfreado dos recursos naturais, o que causou crescente insatisfação. Garantir as necessidades básicas da população não é o objetivo primordial desses modelos desenvolvimentistas, os quais priorizam o aumento do consumo de forma desenfreada, o que contribui para a economia, porém, acarreta em graves consequências ao ambiente e à sociedade.

O marco inicial para a discussão do que hoje vem a ser os princípios básicos para o desenvolvimento sustentável foi o relatório de Founex, elaborado em 1971 na Suíça. Esse consiste no alerta de vários ambientalistas sobre o esgotamento do planeta, motivados pelos padrões de consumo e produção dos países desenvolvidos e a conseqüente miséria nos países subdesenvolvidos. O documento aborda o conceito de ecodesenvolvimento, o qual é considerado a base inicial para as discussões acerca do que, futuramente, foi denominado desenvolvimento sustentável (MONTIBELLER-FILHO, 1993).

Em linhas gerais, o ecodesenvolvimento surge com o intuito de levar à sociedade a refletir sobre o futuro planetário, evidenciando a necessidade da adoção de estratégias de desenvolvimento a nível global e local, eliminando as barreiras instituídas entre os países. Para se tornar viável, esse precisava seguir algumas premissas, como a necessidade de conhecimento acerca das culturas e dos ecossistemas pela sociedade, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento entre indivíduo e natureza, o qual é primordial para a compreensão da realidade local e suas dinâmicas (SACHS, 1999;

LAYRARGUES, 1997; FERRAZ, 1997).

Neste sentido, é importante destacar que o ecodesenvolvimento propõe a sincronia entre o ambiente a geração atual, a fim de garantir às gerações futuras meios de sobrevivência. Assim, ele passa a ser entendido como um novo estilo de vida, tendo sua fundamentação no componente cultural (MONTIBELLER-FILHO, 1993).

Em 1972, ocorre a “Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente” solicitada pela Organização das Nações Unidas – ONU, em Estocolmo. Na oportunidade, foi elaborada a declaração de Estocolmo, a qual alertava sobre problemas relacionados aos direitos humanos, gestão e manutenção dos recursos ambientais, a urgência em abolir as armas de destruição em massa e a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Além disso, nesta conferência surge o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (ONU, 2018).

A conferência acarretou em uma nova visão sobre a relação entre os seres humanos e a natureza, sendo a sociedade responsável pela proteção ambiental, o que vai garantir a sua sobrevivência. Assim, surge a necessidade de valorizar e respeitar o ambiente, sendo que sua relação está arraigada de significados e complexidades (FEITOSA, 2016).

Já em 1983, é concretizada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que esteve em vigor até o ano de 1987, resultando no **Relatório de Brundtland** (nome dado em homenagem à então Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland), intitulado como “Nosso futuro comum” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).



SAIBA MAIS: para ter acesso ao relatório na íntegra, acesse: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>

Figura 25 – O relatório da ONU que consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável recebeu o nome da primeira-ministra da Noruega, Brundtland:



Fonte: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>

Outro acontecimento relevante para as discussões acerca do desenvolvimento sustentável foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92, que ocorreu em julho de 1992, no Rio de Janeiro. Foi neste evento que o conceito teve a sua afirmação, onde, através da elaboração da Agenda 21 e da organização do Programa de Ação Global, os países foram responsabilizados pelos danos ambientais do planeta (BARBOSA, 2008). Além disso, na ocasião, os 173 chefes de Estado e governo assinaram o Tratado da Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis e a Responsabilidade Global (Gadotti, 2008).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi representada através do slogan evidenciado na Figura 26, a seguir:

Figura 26 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92



Fonte: <http://a/www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>

Posterior a elaboração da Agenda 21, muitos encontros foram realizados entre as nações do mundo todo para propor alternativas aos problemas socioeconômicos e ambientais. Desses, muitos países passaram a elaborar estratégias para administrar a questão, criando ministérios do meio ambiente além de diversas instituições, dando origem à sociedade organizada como terceiro poder ao lado do Estado e das empresas (SACHS, 1999).

A agenda 21 resultou também em uma nova visão de mundo, a qual é “gerar uma nova ética marcada por uma inter-retrodependência de todos com todos, de forma que seja possibilitado o envolvimento destes atores num processo de mudança. Urge sonhar com as potencialidades desse novo que emerge e nele investir esforços”. Essa visão passa então a tomar corpo, arraigando-se em diferentes espaços, como universidade e escolas, além de permear discursos, atitudes e comportamentos (BASSANI; CARVALHO, 2004, p. 70).

Em 2002, foi realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul, a qual tinha como objetivo principal o redirecionamento de esforços para a implementação das metas da Agenda 21, o que de fato não ocorreu, gerando divergências de opiniões entre os países. Porém, essa acarretou em avanços a conscientização sobre a energia positiva, além de abrir “espaço para o reconhecimento oficial por consenso da importância da questão e para a adoção de metas inter-regionais por blocos de países”. Também, o Protocolo de Kyoto passou uma nova análise assim como os conceitos de meio ambiente e justiça social, que passaram a ser vistos como compromisso nacional (LUCON; COELHO, 2002, p.11)

Assim como a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável também recebeu um logo,

evidenciado a seguir, na Figura 27.

Figura 27 – Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul



Fonte: <http://www.un.org/spanish/conferences/wssd/>

Em 2012, aconteceu a segunda etapa da Cúpula da Terra, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20 (representada através do logo evidenciado na Figura 28), promovida pela ONU no estado do Rio de Janeiro, cujo intuito era readquirir e reafirmar a participação de cada país para o desenvolvimento sustentável. Dentre as temáticas abordadas durante a conferência, estavam “a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional do desenvolvimento sustentável”. Grande parte desses assuntos antes era restrito aos ambientalistas e a partir de então passa a ser preocupação de todas as nações (OTERO, 2013, p. 33).



SAIBA MAIS: para conhecer melhor o que foi debatido na Rio +20 acesse: <http://www.rio20.gov.br/>

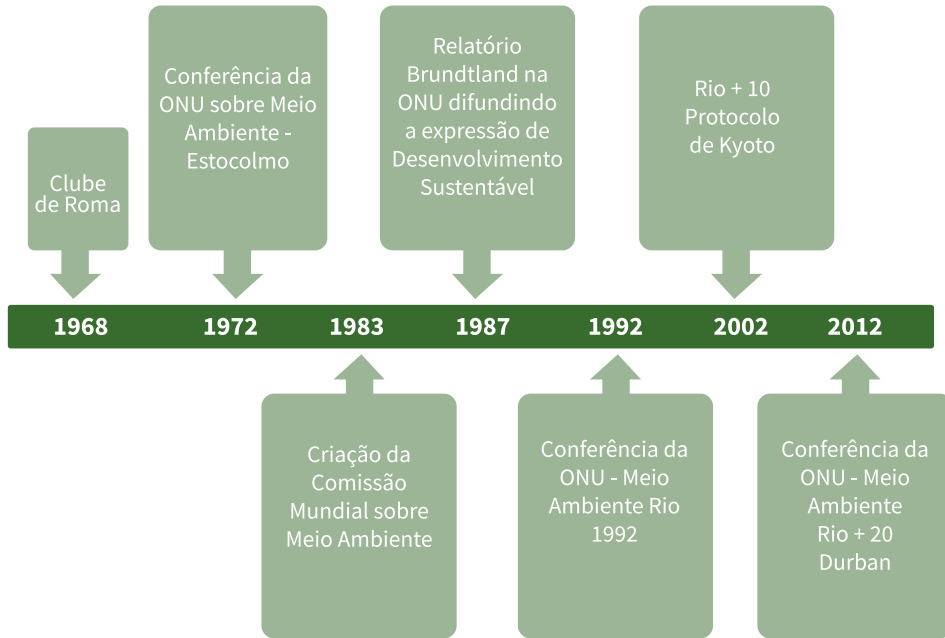
Figura 28 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20



Fonte: <http://www.rio20.gov.br/>

A figura 29 a seguir mostra uma linha do tempo com os principais acontecimentos que contribuíram para as discussões acerca do desenvolvimento sustentável:

Figura 29 – Linha do tempo sobre o discurso sobre Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Adaptado de <https://slideplayer.com.br/slide/388108/>

Jacobi (1994), destaca que o desenvolvimento sustentável não pode ser limitado apenas às questões ecológicas e como essas serão organizadas pela sociedade, pois esse deve levar em conta as adequações econômicas e ambientais, redefinindo as relações sociedade/natureza, alterando o próprio processo de civilização.

Como podemos perceber ao longo do texto, todos esses acontecimentos proporcionaram uma atenção maior aos problemas ambientais e socioeconômicos que ocorrem no mundo, levando a temática na sustentabilidade ao centro dos debates em todos os setores da sociedade (BOFF, 2012). A população passou a perceber que o desenvolvimento não fica a cargo apenas a uma dimensão, visto que se não dermos atenção às demais, problemas como a degradação do ambiente, a poluição, a pobreza e o aquecimento global, estarão cada dia mais presentes em nossas vidas.

3.1.4 As dimensões da sustentabilidade

Para que a sustentabilidade seja concretizada, é necessário que se contemplem diferentes dimensões, ou seja, vários aspectos precisam ter atenção para que não ocorra o desenvolvimento em apenas uma área. Conforme estudamos anteriormente, a ideia de que a dimensão econômica prevalecia sobre as demais, sendo essa a responsável pelo desenvolvimento dos países passa a ser refutada por grande parcela da sociedade, surgindo assim a necessidade de atenção a todas as dimensões da sustentabilidade, o que proporcionará o desenvolvimento pautado na garantia da manutenção das gerações presentes e futuras.

Mas quais seriam as dimensões da sustentabilidade? Primeiramente, é importante destacar que as dimensões da sustentabilidade são essenciais para a definição do desenvolvimento sustentável. Ainda, que não há um consenso sobre

quais seriam as dimensões da sustentabilidade. De acordo com Paulista, Varvakis e Montibeller-Filho (2008), as classificações são derivadas da Agenda 21, elaborada na Rio-92, a qual prevê as dimensões econômica, social, ambiental e institucional para o desenvolvimento sustentável.

Ignacy Sachs (1999), ao analisar as concepções do ecodesenvolvimento, proposta que deu o embasamento necessário para a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável, elencou cinco dimensões da sustentabilidade, sendo essas: a social, econômica, ecológica, espacial e cultural. De acordo com o autor, essas se articulam e são fundamentais para suprir a complexidade que envolve a sustentabilidade.

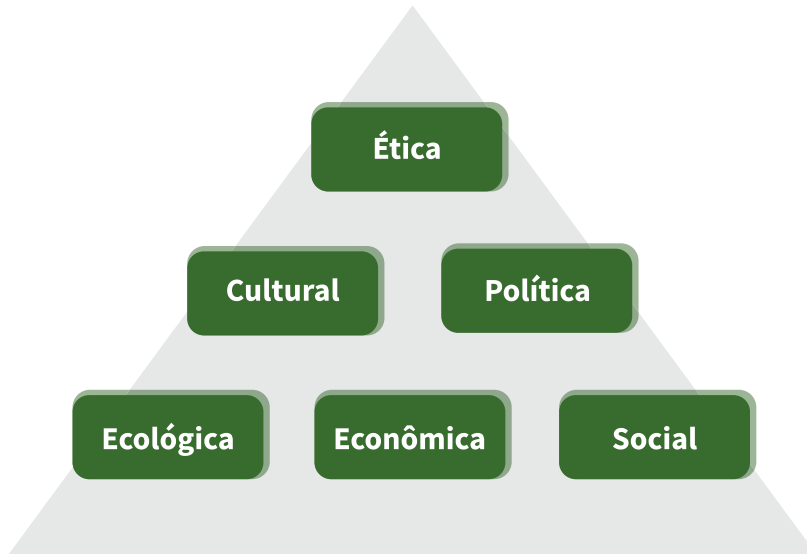
Com base nos princípios agroecológicos, Caporal e Costabeber (2002), destacam que para promover uma agricultura sustentável, é necessária a adoção de multidimensões (conforme evidenciada na Figura 30), sendo essas: a dimensão ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. São elas que trarão o aporte necessário para contemplar a complexidade existente nos agroecossistemas e proporcionarão a adoção das melhores estratégias para o desenvolvimento rural sustentável.

A dimensão social, juntamente com a ecológica, são os pilares da sustentabilidade. Essa caracteriza-se pela busca por melhores condições de vida, com uma alimentação saudável, moradia digna, acesso a uma educação de qualidade. Ela representa também novas formas da sociedade se relacionar com a natureza, visto que tem como essência a manutenção da sociedade sem degradar de forma intensiva o ambiente. Já a dimensão ecológica consiste na manutenção e recuperação dos recursos naturais, cuidando do solo, dos recursos hídricos e de toda a biodiversidade presente nos agroecossistemas (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

A dimensão econômica é essencial para garantir a manutenção do processo de desenvolvimento rural sustentável, visto que a partir do momento em que as famílias agricultoras ampliam seus canais de comercialização e conseqüentemente sua renda, esses passam a depender menos de fatores externos. Essa também se relaciona diretamente com a dimensão ecológica, sendo que ao passo em que os recursos naturais de um agroecossistema passam a ser escassos, isso resulta em prejuízos econômicos a médio e longo prazo (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Quanto à dimensão cultural, é importante destacar a necessidade de valorização dos conhecimentos e tradições das famílias agricultoras, além de atentarem-se às intervenções realizadas nos agroecossistemas, que devem estar de acordo com a cultura local. Já a dimensão ética, considera o respeito dos agricultores aos recursos naturais e com a sociedade. E por fim, a dimensão política, que refere-se à relação dos agricultores com os demais sujeitos através do engajamento em redes de organização social e na representação dos diversos segmentos da população do campo, a fim de proteger sua permanência no meio rural e a manutenção dos recursos naturais (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Figura 30 – Multidimensões da sustentabilidade



Fonte: Adaptado de Caporal e Costabeber, 2004.

Desta forma, verificamos que ao propor dimensões da sustentabilidade, mesmo essas sendo classificadas de diferentes maneiras pelos estudiosos da área, mostra-se que é possível melhorar os níveis de sustentabilidade na agricultura tomando como base a complexidade existente no meio rural. Não podemos esquecer que em cada agroecossistema existem peculiaridades, que devem ser consideradas ao traçar um plano para o desenvolvimento sustentável. As dimensões da sustentabilidade surgem com esse intuito, lembrar a todos da interdependência entre os organismos que compõe o sistema, e que, ao desconsiderar um fator, colocamos em risco a manutenção do local.

3.1.5 Agricultura sustentável

A sustentabilidade na agricultura começa a ganhar adeptos quando as mazelas resultantes do processo de modernização da agricultura passam a ser evidenciadas, fazendo com que a sociedade buscasse formas alternativas de produção, sem degradar de maneira tão intensiva o ambiente. Assim, pautados na agricultura tradicional, surgiram novos processos produtivos que possibilitam a transição de sistemas convencionais para sustentáveis, proporcionando o equilíbrio com a natureza, a diversificação dos agroecossistemas e a qualidade de vida da população rural (ALTIERI e NICHOLLS, 2000).

Segundo Paterniani (2001, p. 304), a agricultura sustentável, ao ser efetivada, precisa considerar as necessidades e mudanças que ocorrem com a sociedade, como o aumento populacional e “uma adequada percepção da relação ambiental com a agricultura”. Assim, podemos dizer que essa representa a manutenção da produção a fim de abastecer toda a sociedade, garantindo que o meio ambiente não passe por um processo intenso de degradação.

Para Gliessman (2000), a agricultura se torna sustentável quando: ocasionar o mínimo de efeitos nocivos ao ambiente; utilizar a água de forma a sustentar as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas; depender, principalmente, dos recursos internos ao agroecossistema, buscando a inclusão de comunidades próximas; e buscar a valorização e conservação da diversidade biológica, de forma a garantir a igualdade no acesso às práticas, conhecimentos e tecnologias agrícolas, permitindo o controle local dos recursos agrícolas.

De acordo com Ehlers (1999), dentre as principais diferenças entre a agricultura convencional e a agricultura sustentável está a solução para os problemas encontrados nos agroecossistemas. Na agricultura convencional essa é buscada em situações externas ao local, sem se preocupar com as peculiaridades ali existentes. Já na agricultura sustentável, essa é pautada na situação e recursos disponíveis no próprio ambiente, acarretando em soluções mais eficientes a médio e longo prazo.

Com os objetivos de caracterizar a agricultura sustentável e a convencional, a fim de evidenciar as suas diferenças, Altafin (1999) elaborou um quadro síntese com as principais características da agricultura convencional e sustentável, apresentado no quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Elementos que caracterizam a agricultura convencional e a agricultura sustentável

Agricultura Convencional	Agricultura Sustentável
Centralização do poder e controle nas multinacionais.	Descentralização do poder, controle local e diversificado.
Dependência de inúmeras fontes de energias externas e serviços provenientes do agronegócio.	Baixa dependência de insumos de fora da propriedade e do complexo do agronegócio, inclusive do crédito rural.
Domínio da natureza, eterna luta contra a natureza para extrair benefícios para a espécie humana.	Harmonia com a natureza, o homem e a natureza são inseparáveis e estão interconectados.
Baseado na especialização, na redução da base genética de plantas e animais e na monocultura.	Baseado em práticas que estimulam a diversidade biológica em todos os níveis do sistema produtivo.
Os recursos naturais são tratados como inesgotáveis.	Comprometimento com a conservação dos recursos à longo prazo.
A competição é vista como um aspecto positivo para a agricultura e para a sociedade como um todo.	Importância da cooperação entre os agricultores e da necessidade das comunidades rurais.

Fonte: Dose de Sustentabilidade: Tipos de Agricultura sustentável. Disponível em: <<http://dosedesustentabilidade.blogspot.com/2013/02/agricultura-convencional-e-agricultura.html>> 3.1.6 Tipos de agricultura sustentável>

A agricultura sustentável pode ser desenvolvida através da utilização de diferentes técnicas de produção. Como esta tende a valorizar todas as dimensões da sustentabilidade dos agroecossistemas e considerando a diversidade desses, não existe

uma “fórmula” ou manual a ser seguido que garanta a sustentabilidade dos mesmos. As famílias agricultoras que optam por garantir a sustentabilidade de seus agroecossistemas, precisam adaptar seus conhecimentos a realidade local, ou seja, muitas vezes, as práticas bem-sucedidas em um determinado local não são as mais adequadas para outro. Isso ocorre principalmente pelas características físicas (solo, clima, vegetação, relevo, etc.) e humanas (cultura da família, modo de vida, entre outros) que diferem um agroecossistema do outro.

Pautando-se nas concepções de Paschoal (1994, 1995), Ehlers (1996) e Jesus (1996), Caporal e Costabeber (2004) elaboraram uma síntese referente aos princípios básicos, principais proponentes e o período de surgimento de alguns estilos de agricultura sustentável. Conforme evidenciado no quadro em questão, esses estilos de agricultura representam as estratégias de produção agrícola com base nos conceitos ecológicos que proporcionam aos agroecossistemas a manutenção dos seus aspectos sociais, ambientais e econômicos, contribuindo assim para a sustentabilidade.

Quadro 8 – Agricultura alternativa: protagonistas e princípios básicos

	Principais protagonistas e seguidores	Princípios básicos e alcance
Agricultura Orgânica	Albert Howard: desenvolve pesquisas na Índia (anos vinte); publica <i>An agricultural testament</i> na Inglaterra (1940). Técnicas aprimoradas por L.E. Balfour (Método Howard - Balfour). Introduzida nos EUA por J.I. Rodale (anos trinta). Outros: N. Lampkin (1990).	Albert Howard: desenvolve pesquisas na Índia (anos vinte); publica <i>An agricultural testament</i> na Inglaterra (1940). Técnicas aprimoradas por L.E. Balfour (Método Howard - Balfour). Introduzida nos EUA por J.I. Rodale (anos trinta). Outros: N. Lampkin (1990).
Agricultura Biodinâmica	Rudolf Steiner desenvolve uma série de conferências para agricultores na Alemanha (anos vinte) e estabelece os fundamentos básicos da <i>biodinâmica</i> . Pesquisas práticas realizadas nos EUA, Alemanha e Suíça (p.e. Pfeiffer, 1938; Koepf, Shaumann & Petterson, 1974).	Princípios: Antroposofia (ciência espiritual), preparaos biodinâmicos, calendário astrológico; possui marcas registradas (Demeter y Biodyn). Muito difundida na Europa. Presente no Brasil: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Estância Demétria e Instituto Verde Vida.
Agricultura Natural	Mokiti Okada: funda a Igreja Messiânica e estabelece as bases da agricultura natural; M. Fukuoka: método semelhante, porém afastado do caráter religioso (Japão-anos trinta). As ideias de Fukuoka se difundiram na Austrália como <i>Pemacultura</i> através de B. Mollison (1978).	Princípios: composto com vegetais (inoculados com ‘microorganismos eficientes’), valores religiosos e filosóficos-éticos. Movimento organizado pela MOA-International e WSAA (EUA). Shiro Miyasaka dirige a atuação da MOA no Brasil.
Agricultura Biológica	Inicia com o método de Lemaire-Boucher (França - anos sessenta). Grupo dissidente funda a ‘Nature et Progrès’. Grande influência do investigador francês Claude Aubert, que critica o modelo convencional e apresenta os fundamentos básicos de <i>L’agriculture biologique</i> (1974).	Princípios: a saúde dos cultivos e alimentos depende da saúde dos solos; ênfase no manejo de solos e na rotação de cultivos. Influenciada pelas ideias de A. Voisin e pela <i>Teoria da Trofobiose</i> (Chaboussou, 1980). Difundida na França, Suíça, Bélgica e Itália.

Agricultura Ecológica

Surge nos EUA (anos setenta), estimulada pelo movimento ecológico e influenciada por trabalhos de Rachel Carson, W.A. Albrecht, S.B. Hill, E.F. Schumacher. Na Alemanha recebeu importante contribuição teórico-filosófica e prática do professor H. Vogtmann (Universidade de Kassel): *Ökologische Landbau* (1992).

Princípios: conceito de agroecossistema, métodos ecológicos de análise de sistemas; tecnologias suaves, fontes alternativas de energia. Está difundida em vários países. Sua introdução no Brasil está ligada a J.A. Lutzenberger, I.C. Pinheiro Machado, A.M. Primavesi, A.D. Paschoal e S. Pinheiro, entre outros.

Fonte: Adaptado de Caporal e Costabeber, 2004, p. 46.

3.1.6 As interfaces entre agricultura sustentável e agricultura familiar

Figura 31 – Agricultores familiares



Fonte: NTE/UFSM



SAIBA MAIS: para informações sobre a agricultura familiar no Brasil, acesse: <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/agricultura-familiar>

Ao analisar os processos socioeconômicos existentes no meio rural, percebe-se que existe uma forte relação entre agricultura familiar e a sustentabilidade. São os agricultores familiares os responsáveis por garantir alimentos mais saudáveis para a sociedade (Figura 33), e ao mesmo tempo permitindo sua permanência no campo, com boas condições de vida e conservação dos recursos naturais. Assim, esses são vistos por muitos como aqueles capazes de possibilitar maior soberania e segurança alimentar através de uma produção justa, tanto no âmbito econômico como social e ambiental (CAPORAL e COSTABEBER, 2003).

No caso do Brasil, constata-se grande potencial para o desenvolvimento da agricultura sustentável por intermédio das famílias agricultoras. Segundo Sachs (2010, p. 34), o país tem condições de “avançar na direção de uma civilização moderna da biomassa, socialmente includente e ecologicamente viável”, efetivando-se

através da reforma agrária e da criação de novos empregos rurais e não rurais. Tais ações promoveriam a valorização da agricultura familiar, possibilitando práticas agrícolas que de fato aliem as necessidades ambientais, sociais e econômicas dos agroecossistemas.

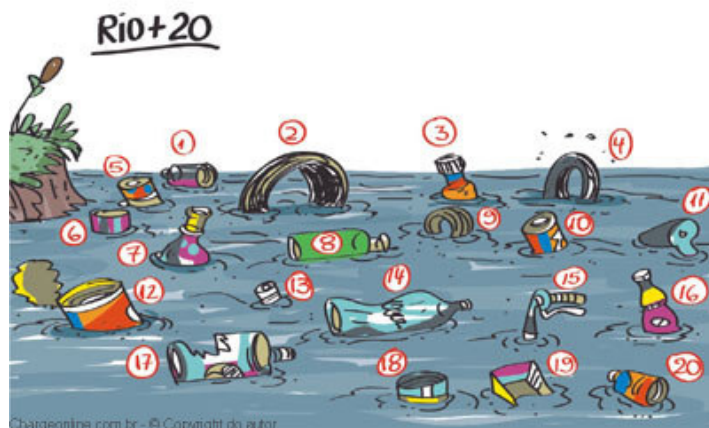
Veiga (1996), afirma que a agricultura sustentável pode ser facilmente alcançada pela forma como é desenvolvida a agricultura familiar. A equidade, resiliência e estabilidade, atributos indispensáveis para a sustentabilidade, são identificadas em sistemas de produção que priorizem a diversificação e a flexibilidade no processo decisório, contrapondo-se ao que é apresentado, por exemplo, pelos sistemas produtivos convencionais, nos quais se prioriza a especialização e os monocultivos. Ainda, fatores como o foco na qualidade de vida, a utilização de insumos internos e o manejo adequado dos recursos naturais fazem das práticas dos agricultores familiares as mais próximas do que se objetiva com a agricultura sustentável.

Desta forma, verificamos que a importância das famílias agricultoras para o desenvolvimento de uma agricultura que possibilite a sustentabilidade. Essas têm como encargo o desafio de combater a destruição dos agroecossistemas ocasionadas pelas práticas degradadoras promovidas pela modernização da agricultura, além de adequarem suas atividades ao passo que preservem os recursos naturais e produzam alimentos saudáveis, estabelecidos pelos novos princípios disciplinares do sistema agroalimentar (VEIGA, 1996).

ATIVIDADES – Unidade 3

1) Comente a charge apresentada abaixo, relacionando com a discussão acerca da sustentabilidade.

Figura 32 – Charge Rio+20



Fonte: <http://paduacampos.com.br/2012/2012/06/13/charge-sustentabilidade-comeca-por-nos-mesmo/erasmo-ooo/>

2) Complete a tabela com as principais discussões acerca da sustentabilidade definidas nos eventos mencionados abaixo.

Evento	Principais Discussões
1972 – Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente	
1987 – Relatório de Brundland	
1992 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	
2002 – Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo	
2002 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20	

3) Com base na leitura desta unidade, discorra sobre a importância da agricultura no contexto da sustentabilidade.

4) Atualmente, existem divergências entre as concepções defendidas por aqueles que defendem uma agricultura baseada na monocultura e na utilização desenfreada de insumos químicos e por aqueles que acreditam em uma agricultura pautada nos princípios da sustentabilidade. Escreva sobre as principais diferenças entre as duas correntes de pensamento.

4

AGRICULTURA FAMILIAR:
ESTUDOS EMPÍRICOS

INTRODUÇÃO

Após conhecermos um pouco mais sobre a agricultura familiar e a sustentabilidade, chega o momento de verificarmos como elas funcionam na prática, vendo que realmente é possível aliarmos as duas em benefício de toda a sociedade. Apresentamos algumas experiências exitosas que ocorreram no Brasil e mundo, que mostram que é possível praticar uma agricultura que garanta a renda, qualidade de vida e a conservação dos recursos naturais pelas famílias agricultoras.

O objetivo desta unidade é que você possa perceber que as experiências sobre a agricultura familiar sustentável estão espalhadas pelo mundo todo, sendo essas apenas uma amostra da infinidade de vivências e belos trabalhos desenvolvidos pelos agricultores e agricultoras. Destacamos ainda, a importância do trabalho coletivo para que essas vivências se tornassem exitosas, fato que faz toda a diferença quando tratamos de garantir a sustentabilidade de famílias agricultoras e de agroecossistemas, tanto no Brasil como nos demais países. Desta forma, desejamos que a leitura a seguir possibilite a você, aliar a teoria com a prática, mostrando que para conseguir êxito, a agricultura precisa ser praticada de modo que respeite as condições ambientais, os conhecimentos tradicionais e a cultura local.

Com isso, desafiamos vocês, estimados alunos, a buscarem experiências que ocorrem próximas aos lugares onde residem, as quais evidenciem a importância da sustentabilidade no meio rural. Através dessas, será possível verificar que o número de famílias agricultoras que produzem de forma sustentável é expressivo em todas as regiões, além de podermos constatar como essas se adaptam às condições naturais, sociais e econômicas locais para garantir a sua permanência no campo e a manutenção de seus agroecossistemas.

4.1

A UNIÃO QUE POSSIBILITA ALÇAR VOOS MAIS ALTOS: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA GRANDE SERTÃO – MG



SAIBA MAIS: Esta experiência foi sistematizada por Breno Gonçalves e Helen Santa Rosa, e está publicada na Revista Agriculturas, v. 2 - no 2 - junho de 2005.

<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-4-Cooperativa-Grande-Sert%C3%A3o-articulando-popula%C3%A7%C3%B5es-e-diversidades-do-Norte-de-Minas-Gerais2.pdf>

A experiência da Cooperativa Grande Sertão nos mostra a importância da união para a agricultura familiar e a Agroecologia. Assim como essa, temos inúmeros grupos de agricultores que se uniram para se fortalecer, encontrando novos mercados, novas técnicas de produção, agregando renda e conseqüentemente melhorando a qualidade de vida da sua família.

Características locais

O norte do Estado de Minas Gerais é uma região de transição entre a caatinga e o cerrado, formando ecossistemas complexos, que são utilizados para diferentes formas de organizações socioespaciais. Dentre as populações tradicionais presentes no território, Gonçalves e Rosa (2005) destacam os caatingueiros, gerazeiros, vazanteiros, indígenas e quilombolas, que precisam dividir espaço com modernos complexos do agronegócio.

Descrição da experiência

A Cooperativa Grande Sertão atua auxiliando os camponeses na reestruturação de seus mercados, possibilitando a produção, beneficiamento e comercialização de seus produtos através da prestação de assistência técnica, capacitação e monitoramento das propriedades. Uma das exigências para aderir às atividades é que os produtos sejam produzidos dentro dos princípios agroecológicos.

Possibilitando assim, o acesso às atividades de beneficiamentos de produtos de cerca de 700 famílias distribuídas em 17 municípios da região, que produzem frutas nativas que serão transformadas em sucos e polpas, além de pequi, mandioca, cana-de-açúcar, e outros.

Além disso, a Cooperativa Grande Sertão está investindo na participação das mulheres na gestão das atividades, na inserção de seus produtos no mercado institucional, nas redes sociais e a criação de mercados de produtos nativos, que até então

não eram conhecidos por boa parte da população residente nos centros urbanos.

Outro aspecto a salientar sobre a atuação da cooperativa, refere-se ao apoio dado, juntamente a alguns movimentos sociais, ao projeto de reconversão de 10 mil hectares de cultivo de eucalipto na região do Alto Rio Pardo. Essa tem como objetivo estabelecer alternativas de reconversão dentro dos princípios agroecológicos, proporcionando aos agricultores locais alternativas de produção e comercialização de seus produtos.

Figura 33 – Empório onde os produtos da cooperativa são comercializados.



Fonte: AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-4-Cooperativa-Grande-Sert%C3%A3o-articulando-popula%C3%A7%C3%B5es-e-diversidades-do-Norte-de-Minas-Gerais2.pdf>>



SAIBA MAIS: Detalhe Empório do Sertão: venda de produtos nativos. Fonte: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v2n2.pdf
Gonçalves e Rosa (2005)

Lições aprendidas

Através das ações desenvolvidas pela Cooperativa Grande Sertão, em uma área cujas características naturais são tão peculiares e influenciam diretamente na organização socioeconômica e ambiental das famílias agricultores e suas propriedades, foi possível proporcionar à essas o empoderamento no que diz respeito ao processamento e comercialização dos produtos agroecológicos.

As famílias agricultoras passaram a se sentir mais confiantes, como parte relevante no processo de desenvolvimento da região do norte de Minas Gerais, valorizando os produtos locais e possibilitando alternativas às comunidades tradicionais, frente ao agronegócio que impera no local. As mulheres passaram a se identificar também com as questões relacionadas à economia dos produtos, e perceberam que através do acesso ao mercado institucional podem ofertar a milhares de alunos da região uma alimentação livre de agrotóxicos e sem passar por um elevado processo industrial, fazendo com que os alimentos percam boa parte de seus nutrientes. Assim, destaca-se a relevância das atividades desenvolvidas através da Cooperativa Grande Sertão para a promoção da Agroecologia e da sustentabilidade de diversas famílias agricultoras da região.

4.2

RESGATANDO SABORES: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES, PASSO FUNDO – RS



SAIBA MAIS: Esta experiência foi sistematizada por Matias Köhler e Paulo Brack, e está publicada no v. 13 - n. 2 • junho 2016, da Revista Agriculturas
http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Agriculturas_V13N2-Artigo01.pdf

A experiência do Centro de Tecnologias Alternativas Populares é um exemplo de harmonia entre agricultores e o meio onde vivem. As famílias, ao produzirem utilizando produtos nativos, auxiliam na manutenção dessas espécies e garantem qualidade de vida.

Características locais

A região Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul – RS se destaca pela abundância de espécies de frutas nativas que compõe a agrobiodiversidade local. Essas, que no passado faziam parte do sistema alimentar da população, aos poucos acabaram sendo esquecidas em meio à industrialização dos produtos alimentícios, contribuindo para a restrita diversidade alimentar que compõe a mesa dos brasileiros.

Com o intuito de valorizar as espécies regionais, estimulando a agricultura familiar e proporcionando sabor ao paladar da população, diversas instituições não governamentais, institutos de pesquisa e universidades se propõe a estudar e contribuir com a comercialização das frutas nativas. A exemplo, destaca-se a trajetória do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP).

Descrição da experiência

A sede do CETAP (Figura 37) está localizada no município de Passo Fundo – RS, criado no ano de 1986. O público de atuação desta organização é composto por pequenos agricultores e agricultoras, familiares e camponeses, agricultores assentados, pessoas e organizações urbanas que dialogam com a Economia Solidária. Atuando nas regiões Norte e Nordeste do Estado, esse tem como objetivo a busca por opções apropriadas aos agricultores ecológicos, proporcionando sustentabilidade nos agroecossistemas em que residem.

Assim, nos anos 2000, iniciaram com a implementação gradativa de ações voltadas à promoção de Sistemas Agroflorestais (SAF's), contribuindo para a

produção e conservação ambiental. Desta forma, o CETAP auxilia os agricultores e agricultoras da região na extração e comercialização de espécies nativas, com foco especial em frutíferas.

Dentre as espécies mais difundidas estão: o pinhão, butiá, jabuticaba, guavirova, arará e uvaia. Estas espécies são comercializadas para diferentes finalidades, como a elaboração de sucos, geleias, doces, entre outros. Além disso, o CETAP as disponibiliza transformadas em poupas e picolés (Figura 34).

Figura 34 – CETAP



Fonte: CETAP. Disponível em: <<http://www.cetap.org.br/site/>>

Lições aprendidas

A união entre a geração de renda para as famílias agricultoras e a preservação ambiental proporciona aos agroecossistemas sua regeneração, restaurando as áreas degradadas e áreas de preservação permanentes (APPs), bem como, devolvendo ao solo e as fontes de água as condições propícias de desenvolvimento.

Além disso, as ações promovidas pelo CETAP, juntamente com os agricultores e agricultoras assistidos pelas ações, evidenciam a possibilidade da geração de renda sem a degradação intensiva dos recursos naturais, proporcionando à população a ampliação da base alimentar, incluindo produtos mais saudáveis, sustentáveis e com sabor inigualável.

Figura 35 – Picolés de frutas nativas



Fonte: AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Agriculturas_V13N2-Artigo01.pdf>

4.3

DENTRE AS CADEIAS MONTANHOSAS SURGEM ALTERNATIVAS AGROECOLÓGICAS: COMO AS MULHERES NEPALESAS IMPULSIONARAM A ECONOMIA LOCAL



SAIBA MAIS: Essa experiência foi sistematizada por Sarah Nischalke, e pode ser encontrada na íntegra no link abaixo: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Agriculturas_V12N4.pdf

Enfrentando condições climáticas adversas, além do fato de passarem longos períodos sem seus cônjuges, as mulheres nepalesas encontraram através da Agroecologia alternativas para garantir o sustento de suas famílias. Através da diversificação da produção e de um organizado sistema de comercialização, essas passaram a alavancar a economia local, reduzindo, inclusive, os índices de êxodo rural que vinham ocorrendo nas últimas décadas na região.

Características locais

A cordilheira do Himalaia (Figura 36) está localizada no sudeste asiático, entre o Nepal, China (incluindo o Tibet), Índia, Paquistão e Butão. Com quase 2.500 km de extensão, nela estão localizadas as montanhas mais altas do mundo, se tornando um atrativo para milhares de turistas todos os anos, principalmente para aqueles que gostam de aventura e se desafiam a escalar esses picos.

Constituída por dobramentos modernos e influenciada pela altitude, o clima no local é marcado por baixas temperaturas durante todo o ano. A cordilheira funciona também como barreira, impedindo que o frio chegue até o sul da Ásia.

A agricultura local é bastante diversificada, sendo uma importante fonte da economia local. Nas regiões com maiores altitudes, pratica-se a **agricultura itinerante** associada à **pecuária transumante**.



TERMO DO GLOSSÁRIO: consiste em atear fogo na mata, para então iniciar com o destocamento e semear a terra. O rebanho é transferido de local em determinadas épocas do ano para obter melhores condições de sobrevivência.

Figura 36 – Cordilheira do Himalaia



Fonte: Site de Curiosidades. Disponível em: <<https://www.sitedecuriosidades.com/curiosidade/cordilheira-do-himalaia.html>>

Descrição da experiência

No distrito de Kavre, Nepal, muitas mulheres estão sofrendo com o acúmulo de trabalho resultante das fortes ondas de migração masculina, ficando a cargo delas todo o trabalho antes dividido com seus companheiros. Como muitas vezes o recurso enviado por aqueles que agora vivem em áreas urbanas não é o suficiente para contratar mais mão de obra, essas se sujeitam a exaustivas jornadas de trabalho.

Com o intuito de melhorar as condições socioeconômicas das famílias que residem no local, o Centro de Apoio de Formação Alternativas Agrícolas Adequadas, que já atuava no local com a organização de uma cooperativa para comercialização da produção, passou a incentivar a introdução de árvores frutíferas e de nozes, amêndoa e macadâmia (Figura 37). O trabalho contou com a assistência técnica e extensão rural.

Figura 37 – Mulheres do distrito de Kavre realizam acordo para suprir carência de mão de obra ocasionada pela migração masculina



Fonte: AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Agriculturas_V12N4.pdf>

Lições Aprendidas

Através do desenvolvimento da nova atividade, as mulheres do distrito de Kavre passaram a se motivar para o trabalho, garantindo renda para a sua família, já que nem sempre o valor enviado pelos seus companheiros é suficiente para garantir a subsistência de seus familiares e a manutenção da área agrícola.

Porém, essas enfrentam dois grandes desafios, que são o custo para a introdução das mudas e a crença da população local. Para alguns representantes mais idosos da comunidade, não é adequado a transposição de espécies vegetais de um lugar para outro, se tornando uma barreira para a efetivação do projeto. Entretanto, muitas famílias conseguiram convencer seus anciões, vivenciando uma nova experiência.

4.4

ALTERNATIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO PARÁ ATRAVÉS DO MANEJO DO AÇAÍ



SAIBA MAIS: a experiência foi sistematizada por Patrícia de Lucena Mourão, sendo encontrada na íntegra através do link: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-6-Sistemas-alternativos-de-produ%C3%A7%C3%A3o-familiar-manejo-de-a%C3%A7aizal-em-%C3%A1rea-de-v%C3%A1rzea-Abaetetuba-Par%C3%A1.pdf>

A experiência de agricultores familiares com o manejo do açaí no Pará evidencia como a substituição de um produto e o manejo adequado desse possibilitam a sustentabilidade local. Além de garantir renda às famílias agricultoras, áreas onde antes eram utilizadas para a produção de cana-de-açúcar se regeneraram através do manejo adequado do açaí.

Características locais

O Estado do Pará localiza-se na região Norte do Brasil, fazendo fronteira com o Suriname, Amapá, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Amazonas, Roraima, Guiana e oceano atlântico. Com clima equatorial, apresenta diversidade de paisagens, compostas por mangues, cerrado e a floresta Amazônica.

A população local é miscigenada, estando presentes no território indígenas, quilombolas, ribeirinhos, europeus e asiáticos. A principal atividade econômica é o extrativismo mineral e vegetal. Na agricultura, produz-se diversos produtos, como a pimenta, coco, banana, arroz, café, milho, dendê, cacau, feijão, entre outros, sendo grande parte produzidos pela agricultura familiar, conforme evidenciado na Figura 38.

Figura 38 – Agricultores familiares cultivando o dendê



Fonte: BacanaNews. Disponível em: <<https://bacana.news/agricultura-e-responsavel-por-quase-40-da-economia-do-para-2/>>

Descrição da experiência

A partir da década de 1970, os resultados do processo de modernização da agricultura se tornavam evidentes em todo o país, inclusive no estado do Pará, em Abaetetuba. Com o intuito de amenizar as consequências sociais e ambientais desse, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e a Federação de Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), com apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll (HBS) realizaram, dentre os anos 2000 e 2001, uma série de atividades que proporcionasse a recuperação do local através do manejo sustentável dos recursos naturais, ajudando diversas famílias da região.

Dentre essas famílias, encontra-se a do seu Agessé e dona Maria. Incentivado pela STR de Abaetetuba e da assessoria que a Fase, resolveu dar um basta no sistema que até então vinha adotando, com a produção de cana-de-açúcar, o que estava acarretando em uma grave degradação do local e desmatamento. Para isso, como já tinha uma pequena área com o cultivo do açaí (Figura 39), resolveu investir no plantio de açaí adensado.

Como o manejo alternativo do açaí prevê o corte dos perfilhos mais velhos, esses passaram a servir como matéria orgânica para o solo, proporcionando a sua regeneração. Além disso, foi possível consorciar com outras culturas, como frutas, hortaliças, arroz, milho, entre outras. E também, a entrada de animais, como as aves.

Figura 39 – Açaí



Fonte: Fotos Públicas. Disponível em: <<https://fotospublicas.com/produtores-que-atuam-no-manejo-de-acaizais-em-breves-no-para-ganham-apoio-da-emater/>>

Lições aprendidas

As mudanças no agroecossistema possibilitaram novas alternativas de comercialização, a redução do trabalho para a família, a diversificação de espécies vegetais e animais. Além disso, permitiu o resgate das formas de manejo dos recursos naturais desenvolvidos por seus antepassados, o que proporciona maior sustentabilidade.

4.5

NOVAS EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA NO SENEGAL, ÁFRICA



SAIBA MAIS: essa experiência foi sistematizada por Laure Brun, podendo ser encontrada na íntegra através do link: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2018/04/AGRICULTURAS-EdicaoEspecial.pdf>

A experiência desenvolvida, em quatro regiões de Senegal, evidencia o combate à pobreza e manutenção dos recursos naturais através da Agroecologia. Mesmo com desafios como a grilagem de terras e água, essas famílias estão conseguindo garantir a qualidade de vida e do ambiente onde vivem.

Características Locais

O Senegal está localizado na África Ocidental, limitando-se com o oceano atlântico, Mauritânia, Mali, Guiné e Guiné-Bissau. Com relevo de baixas altitudes e clima semiárido, a principal fonte de renda da população provém do setor terciário, seguido da indústria e agricultura.

Com uma população que apresenta grande diversidade cultural, a agricultura representa essa heterogeneidade no quesito produção. Lá, cultiva-se amendoim, tabaco, cana-de-açúcar, sorgo, tomate, entre outros, conforme evidenciado na Figura 40.

Figura 40 – Agricultores semeando sorgo na região



Fonte: AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2018/04/AGRICULTURAS-EdicaoEspecial.pdf>>

Descrição da experiência

A experiência foi desenvolvida em quatro regiões agrícolas do Senegal, as quais possuem algumas peculiaridades entre elas. Por isso, foram realizadas diferentes

experiências com a finalidade de evidenciar que é possível o desenvolvimento rural sustentável através da adoção dos princípios agroecológicos.

A primeira, ocorreu no vale do Rio Senegal, onde foram realizadas atividades com práticas agroecológicas nas Escolas do Campo, resultando em uma produtividade maior do que a agricultura convencional na região. Essa experiência é acompanhada todos os anos pela ONU Enda Pronat, e a partir de 2009, passaram a desenvolver trabalhos de educação ambiental com as crianças. A segunda, ocorreu no noroeste de Niayes, e consiste na implantação de viveiros, adoção de técnicas orgânicas de fertilização e controle de pragas e do cultivo de sementes crioulas.

Já a terceira experiência, ocorreu em Koussanar, no leste, quando, a partir de 1994, os agricultores da região passaram a produzir algodão orgânico. Desde então, as famílias passaram a se organizar para melhorar os níveis de sustentabilidade local, garantindo renda e conservando os recursos naturais presentes no local. Porém, nos últimos anos, centenas de famílias agricultoras beneficiadas com esse cultivo, vêm sofrendo com a entrada de grandes corporações multinacionais nos territórios, fazendo com que muitos percam suas terras.

Por fim, a quarta experiência consiste no combate a grilagem dos recursos naturais da região. Desde 2010, várias entidades se juntaram para realizar ações em prol dos agricultores locais, realizando a conscientização dos perigos causados pela **grilagem** massiva, oficinas sobre legislação fundiária e a proposição de políticas públicas.



TERMO DO GLOSSÁRIO: é a falsificação de documentos, para, de forma ilegal, tomar posse de terras.

Figura 41 – As mulheres senegalesas também participam das atividades



Fonte: AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2018/04/AGRICULTURAS-EdicaoEspecial.pdf>>

Lições aprendidas

O desenvolvimento dessas ações evidenciou que é possível praticar uma agricultura sustentável. Essas atividades proporcionaram autonomia aos agricultores e o desenvolvimento local, respeito a cultura, os povos e o ambiente da região.

4.6

SUPERANDO A DEPENDÊNCIA ALIMENTAR ATRAVÉS DA AGROECOLOGIA: O CASO DA GUATEMALA



SAIBA MAIS: essa experiência foi sistematizada por Aníbal Salazar e Álvaro Caballeros, e pode ser encontrada na íntegra através do link: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Agriculturas_V13N3_ARTIGO-2.pdf

Nas últimas décadas, a grilagem de terras indígenas e adoção dos sistemas hegemônicos de produção vêm crescendo na Guatemala. Felizmente, muitas famílias ainda lutam para colocar em prática os conhecimentos adquiridos de seus antepassados, produzindo de forma harmônica com a natureza. A experiência evidenciada aqui, evidencia como essas famílias estão se organizando para continuar cultivando a terra de forma limpa, através da utilização dos princípios agroecológicos.

Características Locais

A Guatemala está localizada na América Central, limitando-se com os oceanos Atlântico e Pacífico, El Salvador, Belize, Honduras e México. Apresentando um relevo bastante montanhoso, a maioria da população reside em áreas rurais, produzindo principalmente café, cana-de-açúcar e banana.

Dentre os povos que residem nas áreas rurais, destaca-se os indígenas de origem maia, que constantemente lutam para não perder suas terras para o governo, que tradicionalmente é liderado pela elite de origem espanhola (Figura 42).

Figura 42 – Agricultores da Guatemala



Fonte: Governo da Guatemala. Disponível em: <<https://www.facebook.com/guatemalagob/posts/1740647839297577/>>

Descrição da experiência

A partir da década de 1990, o governo da Guatemala vem adotando políticas neoliberais, com a abertura da economia para o capital estrangeiro, livre concorrência e instalação de corporações, promovendo a descampenização. Em meio a isso, muitos agricultores e agricultoras que produzem em suas terras pautando-se nas técnicas tracionais, passam a perder a cada dia mais mercado para seus produtos e condições para manter-se no local.

Em meio a isso, populações espalhadas por diversas regiões do país, com o auxílio de organizações que lutam pelos direitos dos camponeses, criam estratégias para garantir a sua manutenção na agricultura através da adoção dos princípios ecológicos, o que também beneficia a manutenção dos recursos naturais, sobretudo a água e o solo.

Neste contexto, destaca-se os trabalhos desenvolvidos nas regiões de Jalapa, Alta Verapaz, El Progreso, El Quiché e Chimaltenango. Efetivados a partir de 2014 pela Fundebase e a Aliança pela Agroecologia na Guatemala, as atividades consistem na recuperação da água e do solo através do manejo sustentável dos recursos naturais, na soberania alimentar através da decisão conjunta de produzir alimentos saudáveis que garanta o sustento das famílias o ano todo, diversificação dos agroecossistemas promovendo a resiliência local, e o desenvolvimento da consciência crítica e mobilização dos agricultores.

Lições Aprendidas

Através da realização das experiências, foi possível proporcionar às famílias agricultoras a garantia de uma alimentação saudável, a manutenção dos recursos naturais e a independência dos camponeses em relação as corporações multinacionais instaladas no local.

Além disso, demonstrou a necessidade de adoção de políticas públicas que atendam a necessidade da população, contribuindo para que essa se liberte das condições de miséria e fome, as quais afetam grande parte da sociedade guatemalense.

4.7

CUIDANDO DA ÁGUA NO MEIO RURAL: A EXPERIÊNCIA DO SUDOESTE DO PARANÁ ATRAVÉS DA GESTÃO SOCIAL



SAIBA MAIS: essa experiência foi sistematizada por Miguel Ângelo Perondi e Norma Kiyota. O documento encontra-se no link: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Artigo-7-A-gest%C3%A3o-social-da-%C3%A1gua-no-Sudoeste-do-Paran%C3%A1.pdf>

A experiência do Projeto Água e Qualidade de Vida evidencia a importância da preservação das águas, sobretudo no meio rural, onde a demanda cresce a cada dia. Através da utilização do sistema solo-cimento, foram protegidas inúmeras fontes de água espalhadas pela região Sudoeste do Paraná, o que garantiu mais qualidade de vida aos agricultores que lá residem.

Características Locais

O Estado do Paraná localiza-se na região Sul do país, fazendo fronteira com Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Argentina e o oceano Atlântico. Formada por áreas de planaltos e planícies e clima subtropical úmido, a vegetação predominante no local é de araucárias.

O sudoeste do Estado é composto por 37 municípios. A atividade econômica predominante na região é a agricultura, a qual influencia inclusive as indústrias locais, que utilizam seus produtos como matéria-prima.

Descrição da experiência

Com chuvas bem distribuídas durante o ano, a região sudoeste do Paraná sempre passou a impressão à população de que as águas seriam um recurso infinito. Porém, com a alteração no clima, períodos de estiagem vêm se tornando frequente, levando todos a repensar a sua utilização, sobretudo no meio rural.

Preocupados com o aumento da demanda da água e a degradação ambiental, Associação do Centro de Educação Sindical (Acesi), com o apoio da Petrobras, desenvolveu de 2006 até 2009 o Projeto Água e Qualidade de Vida. O intuito desse foi a preservação de fontes espalhadas por toda a região utilizando o sistema solo-cimento, além da recuperação da mata nativa no seu entorno, conforme evidenciado na Figura 43.

Figura 43 – Fonte protegida



Fonte: AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Artigo-7-A-gest%C3%A3o-social-da-%C3%A1gua-no-Sudoeste-do-Paran%C3%A1.pdf>>

Através dessas atividades, que beneficiou mais de 4 mil famílias, o trabalho desenvolvido inspirou a coletividade entre os agricultores, visto que essas eram realizadas em mutirão. Para isso, foram utilizados diversos materiais, conforme evidenciado na Figura 44. Desenvolveu-se também, a conscientização sobre o uso da água nas escolas da região, com visitas às comunidades rurais.

Figura 44 – Materiais utilizados para a proteção de fontes no sistema solo-cimento



Fonte: AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Artigo-7-A-gest%C3%A3o-social-da-%C3%A1gua-no-Sudoeste-do-Paran%C3%A1.pdf>>

Lições aprendidas

Com a realização do “Projeto Água e Qualidade de Vida, foi possível despertar na população rural a importância da preservação da água, proporcionando também a preocupação com os demais recursos naturais. As famílias agricultoras passaram a ter água potável e aderiram um modelo de produção e consumo mais consciente, condizendo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

4.8

RESISTINDO NA ADVERSIDADE: O CASO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



SAIBA MAIS: essa experiência foi sistematizada por Morgana Mara Vaz da Silva Maselli e está disponível no link: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Agriculturas_V12N2_Artigo3.pdf

Também é possível adotar os princípios agroecológicos nas áreas urbanas. Um exemplo é a experiência que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro – RJ, onde através do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, as famílias agricultoras conseguiram se manter nos agroecossistemas, garantindo a sua renda sem precisar ceder à pressão imposta pelas grandes corporações imobiliárias.

Características Locais

A cidade do Rio de Janeiro é capital do Estado brasileiro que recebe o mesmo nome. Localizada na região Sudeste do país, tem grande parte da sua população residindo na área urbana, sendo, inclusive, um dos maiores centros financeiros do país.

Sua população é composta por brancos, negros, amarelos, pardos e indígenas. Com fortes contrastes socioeconômicos, o setor terciário é o responsável por grande parte da economia local, seguido das indústrias e a agricultura.

Descrição da experiência

De acordo com as leis municipais, não existem áreas rurais no Rio de Janeiro. Grande parte das terras antes destinadas para a agricultura vem dando lugar a novos loteamentos e a expansão do centro urbano, o que leva a toda forma de agricultura que é praticada no território a ser considerada agricultura urbana.

Por muitos anos, a agricultura do município esteve praticamente desastitada pelas políticas governamentais de âmbito, federal, estadual e municipal. Tal panorama começa a alterar seu rumo a partir de 2013, quando os agricultores locais, por intermédio do Consea-Rio passam a estabelecer um diálogo com as esferas públicas a fim de melhorar as condições de vida dos agricultores, os quais estavam passado por grande pressão por conta da expansão da especulação imobiliária.

Assim, esses passam a ter acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o qual visa a aquisição de 30% da merenda escola da agricultura familiar. Entretanto, os agricultores da região encontraram alguns entraves à sua plena efetivação, onde a mobilização desses fez toda a diferença para a sua concretização.

Dentre esses entraves, destaca-se a questão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e a questão de que a aquisição de alimentos para as escolas da rede municipal

é realizada de forma centralizada pela Secretaria Municipal de Administração (SMA).

No que se refere a questão da DAP, isso se torna um entrave visto que as instituições responsáveis pela emissão do documento alega falta de profissionais e que grande parte dos agricultores locais possuem fontes de renda não agrícolas, impossibilitando o acesso a declaração. Quanto a centralização da aquisição de alimentos pela SMA, o problema é que a quantidade de documentos ultrapassa os requisitados pela Lei nº 11.497/09 e nas resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Esses fatores, por pouco não colocam em risco o futuro de diversas famílias agricultoras que passaram a lutar juntos por mudanças na organização dessa política pública. Negociações foram realizadas para que a chamada pública fosse adequada às condições locais da região oeste da cidade do Rio de Janeiro, conferindo-lhes maior autonomia.

Lições aprendidas

Além dos problemas relativos à produção e comercialização dos seus produtos, os agricultores familiares do município necessitam lidar com o avanço da urbanização, o que pode colocar em risco a sua permanência na atividade. A inserção no PNAE representou um grande avanço em direção a sua autonomia, construindo novas formas de interação e elos produtivos.

4.9

EDUCANDO O RURAL PARA O AMOR AO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL AUGUSTO STEINHAUZEN, TOROPI – RS



SAIBA MAIS: esta experiência foi sistematizada por Rafaela Vendrusculo e colaboradores e está publicada no livro de Gustavo Pinto da Silva e Rafaela Vendrusculo (2012).

Mais importante que garantir a manutenção atual dos recursos naturais nos agroecossistemas, é garantir o futuro desses. Através de uma educação voltada para o meio rural, a Escola de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen desenvolve diversas atividades que aproximam os educandos do campo. Essas são fundamentais para incentivá-los a permanecer na agricultura desenvolvendo práticas mais sustentáveis de produção.

Características Locais

Toropi está localizado na região central do Rio Grande do Sul, distante 65 km do município de Santa Maria. O município apresenta cerca de 80% de uma população de 2952 habitantes, vivendo no meio rural (IBGE, 2010). As atividades econômicas que se destacam no município são típicas da Agricultura Familiar tais como a produção de leite, fumo, milho e feijão.

O município possui três escolas da rede municipal e duas da rede estadual, sendo que apenas uma delas está localizada no meio rural.

Descrição da experiência

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Steinhauzen está localizada na localidade de Linha Bonita, foi inaugurada em 1969 e conta com uma experiência interessante de educação do campo e no campo. A maioria dos egressos da Escola permanecem a desenvolver atividades na agricultura e, a partir do interesse em aprofundar esses conhecimentos, foi lançado o Projeto de Educação Rural (PER).

O projeto consiste em uma vez por semana, incluir ações do PER, como parte integrante do currículo formal dos conteúdos do 5º a 8º ano. Além disso, são realizadas oficinas no turno inverso, periodicamente. Estas atividades estão diretamente ligadas às atividades agrícolas e outras que estão relacionadas com a vida no campo (Figura 46). Estes assuntos são abordados de forma transdisciplinar, como um elo de ligação entre várias outras disciplinas curriculares, todas voltadas para o campo.

Nas oficinas do turno inverso, são abordados diversos temas, dentre eles, a construção de estufas e canteiros para hortas, uso e cultivo de planta medicinais,

boas práticas de manejo de solo e da água, reflorestamento, manejo de rebanhos, jardinagem, culinária, crédito agrícola, entre outras (Figura 45).

Figura 45 – Construção da estufa na escola.



Fonte: Escola Augusto Steinhauzen. Disponível em: <<http://escola-augustosteinhouzen.blogspot.com/>>

Lições aprendidas

Muitas foram as lições deste projeto, conforme os autores desta sistematização de experiência. Dentre elas, a valorização do campo e o estímulo a um aumento do bem-estar e da qualidade de vida dos estudantes e suas famílias que vivem do campo, com o aumento da renda e das condições do trabalho. Ademais, este projeto permite uma maior integração entre a comunidade e a escola, com vistas a estimular a participação dos estudantes e de suas famílias nas atividades escolares formais e extra-classe, conforme relatado na Figura 46.

Figura 46 – Mutirão para a construção da estufa



Fonte: Escola Augusto Steinhauzen. Disponível em: <<http://escola-augustosteinhouzen.blogspot.com/>>



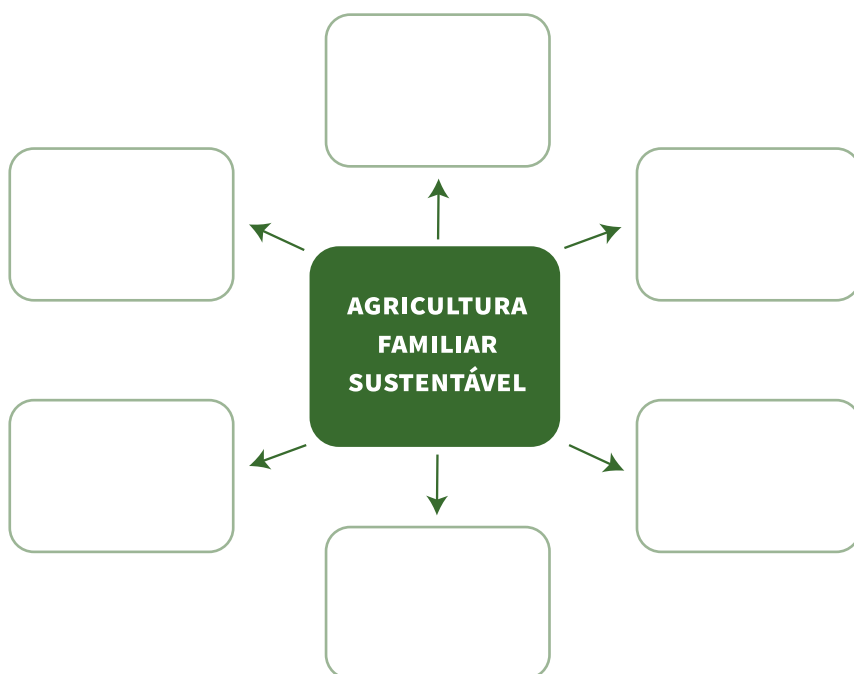
SAIBA MAIS: para saber mais sobre a escola e o projeto, acesse: <http://escola-augustosteinhouzen.blogspot.com.br/>

ATIVIDADES – Unidade 4

1) Após verificarmos várias experiências que comprovam a importância da agricultura familiar sustentável, chegou a hora de refletir ainda mais sobre o tema. Analise atentamente as vivências relatadas e descreva quais são as características em comuns encontradas entre elas e como essas podem alavancar ou limitar a sustentabilidade e o desenvolvimento rural sustentável.

2) Escreva na figura abaixo termos que caracterizam as experiências abordadas.

Figura 47 – Principais características da agricultura familiar



Fonte: Autores, 2018.

3) Analise quais foram os principais entraves para a efetivação de uma agricultura mais sustentável enfrentadas nas experiências evidenciadas e como essas populações superaram tais obstáculos.

4) Pesquise se no município onde você reside existem experiências que possibilitam a agricultura sustentável. Descreva suas principais características e verifique o que elas têm em comum com as relatadas nesta unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este material didático objetivou apresentar, brevemente e de maneira didática, os conceitos e a discussão teórica e legal acerca da Agricultura Familiar e da Sustentabilidade. Inicialmente, coube relatar a trajetória histórica do desenvolvimento da agricultura no mundo e suas transformações e revoluções. Em seguida, descrevemos os aspectos teóricos acerca da Agricultura Familiar, enquanto categoria social, o seu marco legal e as discussões acerca desta parcela do campo brasileiro, atualmente. Foi possível verificar no avanço institucional que, nas últimas décadas, a categoria teve.

No escopo das políticas públicas, foram inúmeros programas e projetos conduzidos pelo Estado brasileiro, a fim de fortalecer o setor, ganhando especial destaque o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que contribuíram para o incremento dos ingressos econômicos para a agricultura familiar. Toda esta discussão ocorreu concomitante com os avanços na busca da sustentabilidade na agricultura, conceito em voga no mundo contemporâneo. Essa “mirada ambiental” se fortalece no Brasil após a Rio+20 e passa a ser uma das questões fundamentais na esfera acadêmica, legal e institucional, o que afeta diretamente às formas de se fazer agricultura e o paradigma de desenvolvimento do Brasil.

Neste sentido, emergem as experiências exitosas, principalmente da Agricultura familiar, que promovem estilos de agriculturas mais sustentáveis em todo o mundo. Alguns dos casos, apresentamos na unidade 4, onde é possível visualizar a multiplicidade de atividades produtivas e de contextos socioculturais a partir do trabalho familiar. Cada local e contexto apresentam limitações e potencialidades, em que os indivíduos se adaptam e criam condições de sobrevivência, utilizando os recursos naturais de forma sustentável, como é o caso das famílias agricultores em áreas áridas do sertão nordestino ou do Sahel africano. A apresentação destas experiências, não por acaso, serve para demonstrar a existência da agricultura familiar e sustentável em qualquer lugar do mundo, assim como o Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs, 1992.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2003.

ALTAFIN, I. Meio Ambiente e Modernização Agrícola no Brasil. In: **XXXVII Congresso da Sober**, 1999, Foz do Iguaçu. XXXVII Congresso da SOBRE, 1999.

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. **Agroecologia: teoria y práctica para uma agricultura sustentable**. PNUMA: México. 2000.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: UFRGS. 1999.

BARBOSA, G. S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Visões**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 63-72, 2008.

BASSANI, P.; CARVALHO, M. A. V. Pensando a sustentabilidade: Um olhar sobre a Agenda 21. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba - Paraná, n. 9, p. 69-76, 2004.

BESPALHOK, F. J. C.; GUERRA, E. P.; OLIVEIRA, R. A.; Uso e conservação de germoplasma. *Revista, Cidade*, p. 21-28. 2007. Disponível em: <<http://www.bespa.AGRARIAS.UFPR.BR/PAGINAS/LIVRO/CAPITULO%203.PDF>>. ACESSO EM: 12 MAR. 2018.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, v. 25, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº. 10.696 de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Extensão Rural**, Santa Maria, n. 2, p. 7-32, 1994.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasília - DF: MDA/SAF/DATER-IICA**, 2004. v. 01. 166p.

_____. Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 4, out/dez 2002.

_____. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria (RS), v. 1, n. 27, p. 153-165, 2003.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 430 p., 1991.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DEPONTI, C. M.; ECKERT, C.; AZAMBUJA, J. L. B. Estratégia para a construção de indicadores para a avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n.4, p. 44-52, 2002.

DIAMOND, J. M. **Colapso como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Editora Record, 2005.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiês estatísticos**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA. 1996.

FEITOSA, A. C. Cultura e sustentabilidade em foco: a cultura da sustentabilidade ambiental. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 33-61, 2016.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERRAZ, J. M. G. Desenvolvimento de metodologias para definição, monitoramento e avaliação de indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas. **Revista Brasileira de Ecologia**, v 1, p. 30. 1997.

FIALHO, M. A. V. Agricultura familiar, produção orgânica e “novos rurais”: um estudo de caso no sul do Brasil. In: **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, 2ª Ed. 2015.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, 1985 (Coleção Educação Popular, nº 3).

GADOTTI, M. Educar para a sustentabilidade. **Inclusão Social** (Impresso), v. 3, p. 75-78, 2008.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de ciências Sociais**, v. 14, p. 59-67, 1990.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, J. P. (org.) **A questão agrária hoje**, Porto Alegre: Editora da UFRGS. v. 2, p. 16-45, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Belo Horizonte: Nova Economia, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, Instituto de Economia (coleção Pesquisas, 1). 1999.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19- 50. (Série Estudos Rurais).

GUANZIROLI, C. ET AL. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro, Garamond. 2001.

GUIMARAES, R. P.; FONTOURA, Y. S. R. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um Fracasso Anunciado. **Ambiente & Sociedade** (Online), v. 15, p. 19-39, 2012.

GUZMÁN, E. S.; DE MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** Expressão Popular, 2015.

HARLAN, J. R.; WET, J. M. J. Towards a rational classification of cultivated plants. **Taxon**, Utrecht, v. 20, p. 509-517, 1971.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade &**

Natureza, p. 469-483, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar – Primeiros Resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

JACOBI, P. **O complexo desafio da sustentabilidade** – Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/ Fundap, 1994.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, n.71, p. 1-5, 1997.

LAMARCHE, H. (ORG.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I. Uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp. 1993. 336p.

LEITE, S. P. CRÉDITO RURAL. In: CALDART, R. S. et. al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 172-180, 2012.

LUCON, O. DOS S.; COELHO, S. T. Depois da Rio +10: as lições aprendidas em Joanesburgo. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, São Paulo, v. 12, p. 11-18, 2002.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, J. S. **Campesinato e política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MONTIBELLER-FILHO, G. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios**. Textos de Economia, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

MORAES, C. S. **A trajetória da comunidade científica do programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e a emergência de novo paradigma para a extensão rural**. 2013. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et. al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 32-40, 2012.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/>>. Acesso em: out. 2018.

OTERO, P. B. G. Avanços e desafios da Educação Ambiental brasileira entre a Rio 92

e a Rio+20. Mestrado Profissional em Sustentabilidade da Gestão Ambiental da Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 2013.

PATERNIANI, E. Agricultura sustentável nos trópicos. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 303-326, 2001.

PAULISTA, G; VARVAKIS, G.; MONTIBELLER-FILHO, G. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. XI, p. 185-200, 2008.

PLOEG, J. D. VAN DER. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp. 13-54.

RAMBO, A. G.; DENZ, E. V. Circuitos curtos de comercialização fomentando novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. **VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Anais. 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13333>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 1. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

SACHS, I. In search of three-win solutions: the challenges of the 2012 Conference on Environment and Sustainable Development. **2a International Conference on Climate, Sustainability and Development in Semi-arid Regions (ICID 2010)**. Fortaleza, Ceará, August 16-20, 2010.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 1999.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 16, abr. 2001, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2. Ed. 2009.

SCHNEIDER, S.; SHIKI, S.; BELIK, W. **Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets**. Rivista di Economia Agraria, ano LXV, n. 2, p. 225-259, 2010.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

STEDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na década de 2000, São Paulo: Expressão Popular. v. 7, p. 19-38, 2013.

TAMIR, I. Código da campanha corporativa da Oxfam. São Paulo. **SUR**, v. 14 n. 25. p. 249 – 256, 2017.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 2, n. 1, p. 01-14, 2004.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola**: Uma visão histórica. São Paulo: ed. Hucitec/Edusp, 1991.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

WANDERLEY, M. N. B. **O Camponês**: Um Trabalhador para o capital, Cadernos de Difusão de Tecnologia, V.2, N 1, Jan/Abr., 1985.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n. 87 p. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES RESPONSÁVEIS PELA ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Nayara Pasqualotto:

É licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Especialista em Metodologias de Ensino em História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), Especialista em Ciências Sociais, História, Geografia e Meio Ambiente pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA), mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É docente da Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED) e membro do Núcleo de Estudos em Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Professor José Antônio Costabeber. Tem experiência nas áreas de Agroecologia, Sustentabilidade, Extensão Rural, Desenvolvimento Regional, Produção de Novidades, Metodologias Participativas, Agricultura Familiar e Transição Agroecológica.

Marielen Priscila Kaufmann:

É graduada em Engenharia Florestal, mestra em Extensão Rural pelo Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi membro do Grupo de Agroecologia Terra Sul (GATS) e atualmente participa do Núcleo de Estudos em Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Professor José Antônio Costabeber. Tem experiência nas áreas de Agroecologia, Extensão Rural, Desenvolvimento Rural, conservação da agrobiodiversidade e Transição Agroecológica.

José Geraldo Wizniewsky:

É docente do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Extensão Rural pelo Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFSM), doutor em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, pelo Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos de Universidade de Córdoba, Espanha. Docente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. É coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Professor José Antônio Costabeber. Tem experiência nas áreas de Agroecologia, Agronomia e Extensão Rural, Legislação Agrária e Ambiental e Desenvolvimento Rural Sustentável.